



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM  
ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

**GILSON GOMES COELHO**

**“LGBTFOBIA EM PAUTA”**  
UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO  
WEBJORNALISMO DE ARAGUAÍNA

Araguaína/TO  
2022

GILSON GOMES COELHO

**“LGBTFOBIA EM PAUTA”**  
UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO  
WEBJORNALISMO DE ARAGUAÍNA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, junto à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território: (Área de Concentração: Estudos de Cultura e Território).

Orientador: Dr. Plábio Marcos Martins Desidério

Araguaína/TO

2022

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

C672l Coelho, Gilson Gomes.  
LGBTfobia em pauta: uma análise de reportagens produzidas pelo webjornalismo de Araguaína. / Gilson Gomes Coelho. – Araguaína, TO, 2022.  
108 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2022.  
Orientador: Plábio Marcos Martins Desidério  
1. LGBTfobia. . 2. Araguaína. . 3. Webjornalismo. . 4. Cultura.. I.  
Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO


GILSON GOMES COELHO

## “LGBTFOBIA EM PAUTA” UMA ANÁLISE DE REPORTAGENS PRODUZIDAS PELO WEBJORNALISMO DE ARAGUAÍNA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território e APROVADO em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.


Data de aprovação: 05 / 12 / 2022

### Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente  
 PLABIO MARCOS MARTINS DESIDERIO  
Data: 13/04/2023 14:44:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério, UFNT

Documento assinado digitalmente  
 JEAN CARLOS RODRIGUES  
Data: 14/04/2023 13:30:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues, UFNT

Documento assinado digitalmente  
 HELEN PAOLA VIEIRA BUENO  
Data: 13/04/2023 16:20:44-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Helen Paola Vieira Bueno, UFMS

Araguaína, 2022

*Dedico esse estudo a todas as pessoas  
no nosso país que sofrem com os efeitos  
da LGBTfobia.*

*O homem só é humano na medida em que ele se impõe a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida.*

*(FANON, 2008. p.80)*

## AGRADECIMENTOS

Assim como tudo nessa existência, a produção das reflexões apresentadas nesta dissertação contou com participações diretas e indiretas que foram fundamentais para produção de um trabalho tão complexo, iniciado num período caótico da pandemia do coronavírus. Recebi ajuda, afeto e pude compartilhar inúmeros momentos de crescimento como pessoa e pesquisador.

Adianto que, por ser um homem gay, não teria como ser imparcial diante dos assuntos abordados nesta dissertação, pois não sou capaz de tratar a LGBTfobia apenas pelo viés racional, descolada de quem eu sou. Afinal, por ter sido criado num ambiente heterossexual, sofri repressão dos meus gostos pessoais pela ignorância alheia, o que resultou na injúria de ser acusado como pecador. Até mesmo na cidade de Araguaína, fui alvo da incivilidade no próprio ambiente universitário, quando atuei como docente em uma instituição religiosa. Enfim, foram inúmeras situações que me provocaram sofrimento profundo. Pressupor que eu devesse ter imparcialidade aqui, seria ignorar a realidade local, e admitir que o cotidiano da população LGBT é “sem contradições, sem lutas, sem enfrentamentos (OLIVEIRA, 1998.p.23).

Primeiramente, agradeço às Deusas e aos Deuses que comandam esse universo e emanam forças das quais desconhecemos sua origem. Em especial, ao meu Orientador, Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério, docente e compromissado pesquisador, engajado e amigo, o qual neste percurso portou-se como um orientador plenamente acessível, assegurando a liberdade necessária, o que muito contribui para que minha criatividade não fosse sabotada; ao favorecer a organização das muitas demandas profissionais cotidianas que desempenho. Obrigado pela paciência, leveza na caminhada e pelos inúmeros ensinamentos sobre o que é ser generoso.

Minha gratidão ao Prof. Dr. Jean Carlos Rodrigues, por suscitar reflexões relevantes durante suas aulas e pela sensibilidade e seriedade com que tratou esse trabalho no momento da qualificação. Registro aqui minha admiração pelo seu modo de ensinar e de pensar a realidade local.

À Profa. Dra. Helen Paola Vieira Bueno, meus agradecimentos pelo acolhimento que tive quando cursei a disciplina no mestrado, em Estudos Culturais, na UFMS, minha casa inicial no meu processo de formação superior. Senti-me honrado em tê-la durante a qualificação da dissertação. Obrigado pela troca de ideias, opiniões e pela doçura que impulsionou a minha motivação ao longo do período de isolamento social provocado pela pandemia.

Aos professores marcantes, Darnival, Luiza Helena e Sariza, intelectuais preciosos que tanto me proporcionaram, de forma respeitosa e qualificada, a troca de saberes no cumprimento dos créditos.

Às preciosidades que tive o prazer de conhecer no PPGCult, Fátima (*in memoriam*) Felipe, Josilene, Maicon, Rodrigo, Rômulo e Victória. Em especial, à Lucrécia, mulher *trans*, amiga e parceira intelectual, a quem admiro pela militância e pela força diária, empreendida em prol de sua fé: de que é possível construir um mundo mais justo e igualitário — um modelo, fonte de inspiração e força para mim.

Agradeço à Cláudia e Liah, mulheres estimadas por mim, que além de me ajudar na materialização das minhas aventuras no universo acadêmico, são pessoas sensíveis, acolhedoras e amigas.

À minha mãe, Neuma, pessoa simples e amada. Minha referência mais linda de afeto.



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo a produção de reflexões em torno da LGBTfobia, entendida como um dispositivo produtor de uma vastidão de violências direcionadas à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), a partir do estudo de reportagens divulgadas pelo webjornalismo produzidas entre os anos de 2012 e 2022 e que faziam menção à cidade de Araguaína e as violências LGBTfóbicas. Para estudar os conteúdos, contou-se com o aparato dos estudos de gênero e sexualidade fortemente debatidos pela teoria queer. A coleta das reportagens foi realizada por meio da internet, sendo 13 selecionadas para a produção do trabalho final, com foco naquelas que revelavam nuances de uma ideologia dominante sobre o sexo e o gênero. O conteúdo do material foi analisado pela perspectiva da Análise do Discurso de Corrente Francesa (ADF), tendo, ainda, respaldo dos referenciais teóricos dos estudos queer. Assim, concluiu-se que a maioria das reportagens traziam conteúdos que fomentavam a estigmatização e a produção de violências em relação a população LGBT no webjornalismo, principalmente sobre as travestis, e, em menor escala, que esse recurso de comunicação também tem servido para denunciar e produzir fissuras sobre modos fossilizados de exclusão dessa população no território estudado.

**Palavras-chaves:** LGBTfobia. Araguaína. Reportagens. Webjornalismo. Cultura.

## ABSTRACT

This research aims to produce reflections on LGBTphobia, understood as a device that produces a vastness of violence directed towards the LGBT population (Lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals) from the study of reports published by webjournalism produced between the years 2012 and 2022 and that mentioned the city of Araguaína and LGBTphobic violence. To study the contents, we rely on the apparatus of gender and sexuality studies strongly debated by queer theory. The collection of reports was carried out through the internet, 13 of which were selected for the production of the final work, where we aimed at those that revealed nuances of a dominant ideology about sex and gender. The content of the material was analyzed from the perspective of French Current Discourse Analysis (FDA), also supported by the theoretical references of queer studies. Thus, we concluded that most of the reports brought content that fostered stigmatization and the production of violence against the LGBT population in web journalism, especially about transvestites, and to a lesser extent, that this communication resource has also served to denounce and produce cracks. on fossilized modes of exclusion of this population in the studied territory.

**Key-words:** LGBTphobia. Araguaina. reports. Web journalism. Culture.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. EVENTO PARA O PÚBLICO LGBT EM ARAGUAÍNA .....	48
FIGURA 2. LESBOFOBIA .....	58
FIGURA 3. AJUDA DO PROFESSOR .....	58
FIGURA 4. LESBOFOBIA EM UM BAR DE ARAGUAÍNA .....	60
FIGURA 5. LESBOFOBIA DIVULGADA PELO WEBJORNALISMO.....	60
FIGURA 6. PROFESSOR É MORTO .....	61
FIGURA 7. HOMOFOBIA E MORTE EM ARAGUAÍNA.....	62
FIGURA 8. A FALA .....	63
FIGURA 9. A JUSTIFICATIVA DO VEREADOR HOMOFÓBICO .....	64
FIGURA 10. O MACHISMO .....	66
FIGURA 11. DIA DOS NAMORADOS .....	67
FIGURA 12. O REPÚDIO DOS VEREADORES.....	67
FIGURA 13. O COMPORTAMENTO DOS VEREADORES .....	68
FIGURA 14. O COMBATE A HOMOFOBIA NO WEBJORNALISMO .....	69
FIGURA 15. A INTERAÇÃO DOS INTERNAUTAS COM A NOTÍCIA .....	70
FIGURA 16. A QUEM PERTENCE O AFETO? .....	71
FIGURA 17. O CONTEÚDO HOMOFÓBICO .....	72
FIGURA 18. O REPÚDIO DOS VEREADORES.....	72
FIGURA 19. A JUSTIFICATIVA .....	73
FIGURA 20. ENQUADRAMENTO .....	74
FIGURA 21. PROSTITUIÇÃO E ESTIGMA .....	75
FIGURA 22. O CONSUMO DOS CORPOS.....	76
FIGURA 23. A BRUTALIDADE DA MORTE NA TRANSFOBIA.....	77
FIGURA 24. TRANSFOBIA EM ARAGUAÍNA .....	77
FIGURA 25. CONSEQUÊNCIA: A MORTE .....	78
FIGURA 26. A POBREZA COMO RESULTADO DA TRANSFOBIA.....	78
FIGURA 27. TRANSFOBIA E O TRABALHO SEXUAL.....	79
FIGURA 28. RESPONSABILIZAÇÃO .....	79
FIGURA 29. O RESULTADO .....	80
FIGURA 30. O USO INADEQUADO DE PRONOMES.....	81
FIGURA 31. A IDENTIDADE CRIMINOSA .....	82

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - DADOS RECENTES DE MORTES ENTRE 2014 E 2019.....	33
TABELA 2 - LISTA DAS REPORTAGENS ANALISADAS .....	54

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise do Discurso
ADF	Análise do Discurso Francesa
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis
OMS	Organização Mundial de Saúde
PPGCult	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>A LGBTFOBIA E A ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>28</b>
2.1	A TEORIA-GUIA: “ESTUDOS QUEER” .....	38
<b>3</b>	<b>A LGBTFOBIA NA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA.....</b>	<b>41</b>
3.1	O CONTEXTO DE ARAGUAÍNA E DE ALGUNS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....	46
<b>4</b>	<b>O PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>52</b>
<b>5</b>	<b>RESSONÂNCIAS DA LGBTFOBIA A PARTIR DA ANÁLISE DAS REPORTAGENS .....</b>	<b>56</b>
5.1	ORIENTAÇÕES SEXUAIS.....	57
5.1.1	Lesbofobia .....	57
5.1.2	Homofobia .....	61
5.1.3	Transfobia.....	74
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>
	<b>ANEXO - LINK DE ACESSO AS REPORTAGENS ANALISADAS.....</b>	<b>108</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, gostaria de me apresentar. Sou Gilson Gomes Coelho, um homem *gay*, branco, psicólogo, pesquisador e docente universitário, que aprecia se comunicar com as pessoas, aprender, ensinar e trocar experiências em sala de aula. Na verdade, a sala de aula sempre foi meu ambiente de trabalho favorito. Nela, tenho interação, aprendo, estudo, construo elos, me comunico e me empolgo. É neste lugar que me vejo capaz de contribuir para a sociedade e produzir mudanças, ainda que na maioria das vezes elas não ocorram de forma imediata. É nela que me vejo potente. É pesquisando que reitero a potência daquilo que dá sentido à minha existência e a possibilidade de resistir.

Enfim, ser professor, para mim, é um exercício constante. Um exercício para as minhas mudanças que impõem não só negativamente a possibilidade de me adequar de forma abrupta às situações, como também a de ter que criar estratégias e tentar manter minha prática pedagógica interessante, motivadora e com sentido. Com ela, toda a bagagem que me possibilita entender o mundo de forma mais crítica, sem deixar também um espaço para a ação, que sempre acreditei ser substancial para resgatar a cidadania e combater desigualdades sociais.

Quando penso no conceito de cidadania, me vem à cabeça — quase que de forma automática — a possibilidade direta de acessar direitos que são comuns à maioria das pessoas e, concomitantemente, uma relação de causa e efeito (a noção de desigualdade), uma vez que toda pessoa que não tem os direitos civis, sociais e políticos assegurados, certamente encontra-se em condição injusta e desigual de privilégios.

Obviamente, esse estudo discute pautas que me atravessam, pela violação dos meus direitos de cidadão brasileiro, *gay*, oriundo de um povoado pobre do sertão pernambucano. Embora eu seja natural de Paulo Afonso, Bahia, vivi até meus dez anos de idade em Pernambuco, em Volta do Moxotó, hoje distrito do município de Jatobá. Ainda sei cantar o hino do estado, que aprendi na escola, e boa parte das minhas referências afetivas e culturais vêm daquele lugar. Falo em “boa parte”, porque viver neste mundo, desde cedo, foi um risco — minha mãe teve uma gestação complicada e nascer com segurança naquele povoado era, de fato, um risco. Por isso, era — e ainda é — comum que as pessoas daquele povoado

buscassem na cidade baiana e vizinha aparatos obstétricos e outras especialidades médicas para suas demandas.

Quanto às minhas referências culturais, refiro-me à culinária, à natureza, ao apreço pela música, ao modo festivo e alegre do povo nordestino, e ao trato receptivo do meu povo. O sotaque, o modo de me expressar verbalmente, foi uma referência posta de lado. Mesmo sem entender direito o que era xenofobia, aos dez anos de idade eu entendia perfeitamente que o meu jeito peculiar de falar era perigoso, bem como o dialeto que eu utilizava quando passei a viver em Buritama, cidade localizada no interior do estado de São Paulo.

Morei na zona rural e na Cohab III, associada pejorativamente à região do pé vermelho, devido à ausência de asfalto e à presença marcante da terra vermelha naquela parte da cidade. Acredito que, além da forte referência do catolicismo naquela região, meu núcleo familiar tinha uma relação de apego secundário com as crenças da igreja para superar as dificuldades impostas pela pobreza socioeconômica pela qual minha família passava. Era quase um anestésico em momentos de dificuldade e, em outros, um substrato que alimentava a fé na possibilidade de viver dias e melhores condições de vida.

Conforme fui crescendo e me entendendo como um jovem gay, todo esse sistema de crenças passou a produzir em mim o esfacelamento da minha autoestima e do meu amor-próprio, através da perversidade produzida por todo sistema invisível, ininterrupto e acusador, de autovigilância constante, que massacrou por muito tempo a minha espontaneidade e o desejo genuíno pela liberdade de ser quem eu quisesse ser, me fazendo supervalorizar qualquer manifestação natural ou elogio de alguém em relação à minha pessoa. Hoje entendo que o fato de não ter tido a possibilidade de olhar com carinho e respeito para as minhas singularidades e ter buscado me enquadrar a algo que nunca fui de verdade, fez com que qualquer expressão exterior tivesse peso enorme, tanto para me qualificar como para me desqualificar como ser humano.

Literalmente, fui condicionado — por muito tempo — a me contentar com o pouco, por ser gay. Afinal, nenhum heterossexual é questionado sobre sua orientação sexual e nem tem que sair de qualquer armário, como acontece quando ser gay é uma expressão genuína. Digo expressão genuína porque, em sã consciência, jamais teria escolhido passar pelo desconforto de ter que aprender a me relacionar, afetivo e sexualmente, sozinho; sendo que em casa eu tinha um



modelo típico de casal. De forma alguma optaria pelo sofrimento, pela diminuição e pela interdição do amor e do afeto.

Em se tratando de interdição, posso dizer que experimentei muitas delas! A mais significativa de todas foi a expulsão de casa, quando comecei a namorar um rapaz que era acadêmico e veterano de Psicologia na UFMS, onde cursei minha graduação. Viver o amor e o afeto foi uma escolha e tornou-se o motivo para que eu fosse violentamente expulso de casa, sob gritos que traziam e enfatizavam em seu conteúdo o desejo de que eu morresse, sumisse e, ainda, toda vivacidade comparativa: *“melhor seria se você fosse um viciado em drogas do que um viado”*. Com minha saída, outras pessoas próximas, como cunhado, tios e irmãos, sentiram-se autorizados a aumentar ainda mais a coleção de violências à minha pessoa. Violência verbal, psicológica, e até propriamente a física que, pela natureza e proporção da crueldade contínua, muitos me faziam acreditar que eu seria morto a qualquer momento.

Uma vez que a igreja não servia de acalento para meus enfrentamentos e, sim, potencializava cada vez mais a minha condição de ser abjeto, tive que fazer investimento nos estudos, como forma de alimentar alguma crença em mim mesmo, sob amparo afetivo de minha mãe, que durante todo esse percurso esteve comigo, mesmo se submetendo, muitas vezes, a me encontrar na casa de alguma pessoa querida que a hospedava em Buritama nas férias. Apesar de hoje conseguir colocar abertamente suas discordâncias em relação ao meu pai, os efeitos desiguais impostos pelas relações de gênero, na época, faziam com que ela tivesse que aguentar calada todo o seu sofrimento em relação ao que acontecia comigo.

Essas experiências foram me condicionando — de forma muito sorrateira — a duvidar sempre da minha capacidade intelectual e do meu valor como pessoa. Aprendi que, o tempo todo, eu precisava provar alguma coisa para que o meu mundo externo me aceitasse: provar ser estudioso, amoroso e atencioso com as demandas alheias, que eu não era promíscuo; como forma, talvez, de me fazer acreditar em uma conformação genuína de pessoa melhor e até mais limpa.

Como psicólogo, tenho defendido que a subjetividade é interpelada pelas experiências de um sujeito, pelo seu momento histórico, político e econômico e não como uma entidade estática, assim como o gênero e a sexualidade também não são. Entendo que meu apreço pelo pensamento do filósofo francês Michel Foucault não seja um gosto esporádico. Por acreditar que “saber é poder”, me encontrei nas

leituras e, sobretudo, na certeza de que o meu posto de inferioridade poderia ser diluído através de alguma titulação acadêmica ou ascensão financeira. Isso mesmo. Pessoas LGBTQs não são genuinamente valorizadas em nosso país e, em muitos casos, a ascensão financeira funciona como moeda de troca para obtenção de respeito.

Mas, de onde e como surgiu esta proposta de pesquisa?

Em meados de 2020, durante a pandemia, muitas vivências foram responsáveis pela minha chegada até aqui. Primeiramente, passei por uma experiência dolorosa enquanto trabalhava como professor universitário em uma instituição católica de Araguaína. Naquela época, o antigo coordenador do curso pediu para sair do cargo e fez a indicação do meu nome para a diretoria da instituição.

Foi quando, do nada, soltaram um edital com uma série de requisitos. Fiz todas as provas, inclusive uma prova didática, onde me fizeram questionamentos acerca da minha vida pessoal, e nenhum questionamento sobre a aula apresentada. Isso aconteceu em todas as etapas. Apesar de toda produção acadêmica, maior tempo de casa e prática na área de gestão de pessoas, não fui escolhido para o cargo.

Alguns colegas já tinham me alertado sobre a possibilidade de que a organização de um processo seletivo seria para que pudessem escolher alguém que eles queriam, e assim aconteceu. A pessoa escolhida não tinha publicações naquela época, nem experiência com gestão de pessoas e era recém-chegada na casa. Porém, era heterossexual e frequentava à missa de forma recorrente.

Na mesma época, estava finalizando meu doutorado, um período difícil e de muita ansiedade, provocados pela demora em receber os textos corrigidos de meu orientador. Para ocupar meu tempo com alguma atividade proveitosa durante o isolamento social, tive a ideia de fazer outra pós-graduação. Uma que fosse fora da Psicologia, até mesmo para conhecer pessoas de outras áreas e aprender novas coisas. Nada chamava à minha atenção. Fui buscar, então, algumas ofertas de pós-graduação na região de Araguaína, com o intuito de dar andamento presencial após o término do isolamento. Na ocasião, eu acreditava que este período de confinamento não seria tão longo.

Conferi as linhas de pesquisa do PPGCult, montei meu pré-projeto para concorrer a uma, das dezoito vagas ofertadas, certo de que não iria dar andamento

às etapas seguintes, caso existissem mais de dezoito aprovados para a etapa final, a da entrevista, para não tirar a possibilidade de que alguém que ainda não tivesse passado pela experiência de cursar um programa *stricto sensu*. Dos dezoito candidatos, dezessete foram aprovados e, para a minha alegria, eu tinha entrado com a maior pontuação final.

Naquela época, a fim de manter minha saúde mental, evitava ligar a televisão. Os noticiários e estatísticas sobre as mortes produzidas pela pandemia eram assustadoras e eu, acabava me informando sobre essa realidade através das mídias sociais, uma forma de manter vínculos e de me comunicar com pessoas queridas que estavam geograficamente distantes de mim.

Somando a forte atuação das mídias digitais durante a pandemia e toda minha indignação decorrente da cultura homofóbica implantada no meu local de trabalho à época, nasceu — em supervisão e em concordância com meu orientador — a presente proposta de investigação.

Para além das minhas pretensões acadêmicas, a entrada neste programa de pós-graduação serviu como um verdadeiro catalisador para enfrentar muitas dificuldades emocionais. Como eu era o único psicólogo da turma, pude auxiliar colegas durante os períodos de maior ansiedade e até dar algum aparato em algumas dificuldades iniciais da pós, como a submissão de projetos ao Comitê de Ética e à parte de estruturação de projetos de pesquisa. Ganhei boas risadas, auxílio, e a riqueza dos aprendizados, possível quando mundos muito diferentes se encontram. Permiti que eu fosse aprendiz, fui tratado como e, durante boa parte do meu percurso, optei por não falar das minhas experiências. Tive receio de não ser tratado como igual, mas fui — pela maioria dos professores e, especialmente pelo meu orientador, a quem só tenho elogios a tecer pela forma tão leve pela qual conduziu todo o meu percurso até aqui. Seguramente, hoje reconheço meus privilégios e sei que minha trajetória teria sido um tanto mais árdua se eu fosse preto e se tivesse boa parte dos meus trejeitos e características assimiladas ao feminino e não ao masculino.

Esta pesquisa é decorrente de investigações acerca dos sentidos apresentados pelo webjornalismo, também conhecido como jornalismo digital,

acerca de 13 reportagens relacionadas ao público LGBT<sup>1</sup> (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da cidade de Araguaína, Tocantins, que circularam entre os anos de 2012 e 2022.

Ancora-se na linha de Pesquisa Paisagens, Narrativa e Linguagens, do Programa de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território, uma vez que se debruça sobre a produção dos discursos em que as ideologias, investigadas nesta dissertação, são estudadas sob o olhar da perspectiva da Análise do Discurso de corrente Francesa (ADF), proposta por Michel Pêcheux na década de 1970, que apresenta, como pautas centrais, a investigação dos sentidos produzidos pela linguagem, “pelo político, pelo social, pelo materialismo, cada uma a seu modo” (ORLANDI, 2012.p.31).

A LGBTfobia é um termo amplo que abarca, na mesma expressão, um conjunto de ações ou mecanismos produzidos socialmente para oprimir, violentar ou discriminar pessoas que estão fora dos contornos legitimados de orientação sexual e gênero, ou seja, da cisheteronormatividade<sup>2</sup>.

Antes, cabe ressaltar que, neste estudo, será aplicada a sigla LGBT e não outras variantes, apenas por ser a oficialmente utilizada no Brasil, desde 2008 (SIMÕES; FACCHINI, 2009) que, em sua representação, abarca constituições distintas de orientação sexual: lésbicas, gays e bissexuais, como também de identidades de gênero, de transexuais e travestis, representadas pela letra T.

Conforme dito, embora estejam unificadas na mesma sigla, temos aí duas questões distintas: orientação sexual e gênero. Segundo Jesus (2015), a primeira diz respeito ao desejo e/ou atração no campo do afeto e da sexualidade e, a segunda, às características esperadas no desempenho e representação de papéis, como se os mesmos devessem acontecer de modo compulsório ou automático, assegurado por uma suposta biologia vaginal ou peniana; sendo, portanto, “[...] o

---

<sup>1</sup> Destacamos que opção pela sigla ao invés de outras variações, não tem qualquer objetivo intencional de produzir apagamento de variações de identidade de gênero ou orientação sexual. A escolha ocorreu em virtude de esta ser ainda a válida para uso em documentos oficiais, conforme assinalam Simões e Facchini (2009)

<sup>2</sup> Segundo Jesus (2015) este termo é utilizado para nomear a aderência compulsória entre sexo e gênero.

significado social que o sexo assume em determinada cultura” (BUTLER, 2019, p. 21).

Embora exista uma correlação entre orientação sexual e gênero, destaca-se o fato de que ambas são construções sociais distintas e potentes para produzir estigmas sociais. A noção conceitual de estigma é a mesma proposta pelo sociólogo canadense Erving Goffman (2004), no que tange à existência de um ou mais atributos de natureza depreciativa e, por isso, quando identificados em uma pessoa, tais atributos acrescentam, à identidade, referências negativas, como conotações pejorativas de desvalor e rebaixamento, chegando a retirar concretamente das pessoas a condição de cidadania e humanidade que podem ser percebidas objetivamente na realidade pelo desabastecimento de direitos humanos.

Para dinamizar a leitura desta dissertação, é coerente que as marcas históricas sejam apresentadas em capítulo à parte e, pelo aprofundamento, seja possível revelar e desmentir crenças pautadas na biologia dos corpos ou, ainda, em fundamentalismos religiosos que insistem em tornar naturais e indiscutíveis reducionismos postos em torno da relação inventada sobre a complementariedade binária e vice-versa, do binarismo “homem e mulher”; e, da mesma forma, noções equivocadas em torno das características de reconhecimento dos corpos que não costumam exigir nenhum esforço reflexivo. A essas características de reconhecimento imediato, a filósofa americana, Judith Butler (2015) chamou de *performance*.

Dessa forma, a identidade constitui-se a partir desses atravessamentos de acesso ou distanciamento de privilégios, em função daquilo que a cultura estabelece como ideal ou, pelo menos, deveria ser convencional genericamente. Levando em consideração que através da linguagem os significados circulam e produzem a cultura, entendemos ser pertinente utilizar como referencial metodológico, a substancialidade possibilitada pela Análise do Discurso de corrente francesa, a qual nos permite analisar — em sua forma discursiva — os sentidos que podem revelar expressões de um regime de poder hegemônico, o qual não oferece possibilidades

concretas às pessoas LGBTs de vivenciarem democraticamente a cidade, numa constante subtração de sua cidadania<sup>3</sup>.

Pela perspectiva de Albuquerque (1955), o poder se apresenta através do uso de mecanismos e estratégias contundentes para organizar as relações sociais, de modo que possa assegurar a manutenção de privilégios específicos e de ordem pública, por parte de quem o detém, não somente no que tange ao acesso das condições econômicas e materiais, mas também pelo domínio do campo psicológico.

Nota-se, com base na ótica de Albuquerque (1955, p.109), que o poder se apresenta de forma regular e, paradoxalmente:

é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria; em vez de se exercer de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir.

Os mecanismos apresentados para pacificar e docilizar esses corpos que têm sua dignidade subtraída estão presentes no modo como os gestos, comportamentos e ações são regulados pela cultura de exceção. Na mesma perspectiva, para Foucault (1996), a linguagem torna-se o instrumento de base para fundamentar “verdades” e, a partir delas, organizar as práticas sociais e alienar os indivíduos da criticidade política; facilitando, com isso, o exercício do poder hegemônico para a manutenção de seus interesses. Numa perspectiva semelhante, Hall (2016, p.36) afirma que os “signos indicam ou representam os conceitos e relações entre eles, os carregamos em nossa mente e, juntos, são construídos os sistemas de significados em nossa cultura.”

Isto posto, pela ótica de Foucault (1996) e de Hall (2016), cabe desvelar as artimanhas presentes pelo uso político da linguagem para produção de sentidos. Em outras palavras, para “expressar algo sobre o mundo ou representá-los a outras

---

<sup>3</sup> A noção de cidadania adotada no Brasil foi baseada no modelo europeu, “construído para as necessidades e possibilidades de usufruto da masculinidade, da branquitude e do capital” (ALMEIDA; SILVA, 2020, p.119).

peças.” (HALL, 2016, p.31); ou seja, é pela partilha de significados criados em sociedade, através da linguagem, que nasce a cultura.

Nesse emaranhado de questões, a subjetividade humana também passa por transformações — sob o aparato da linguagem—, a partir dos constantes processos de internalização: conceito entendido como sendo a “reconstrução interna de uma operação externa” (VIGOTSKI, 2007, p. 56). Nesse sentido, a partir da apropriação de normas sociais em torno do sexo e do gênero, Butler (2018) afirma que, intencionalmente, construiu-se uma cultura do silêncio em relação a esses assuntos, os quais serão descritos mais detalhadamente em capítulo à parte.

Nesta dissertação, foi utilizada a linguagem como ferramenta central de análise a fim de desvelar como são estabelecidas as relações de poder e opressão em nossa sociedade, especificamente naquilo que concerne às práticas discursivas, onde as marcas da LGBTfobia se apresentam nos 13 noticiários divulgados através do webjornalismo, sendo este “realizado através da *World Wide Web* – parte específica da internet, em que a troca de informações é realizada através de interfaces gráficas” (CANAVILHAS, 2003, apud CAVALCANTI, 2013, p. 26), que circularam na cidade de Araguaína, município brasileiro localizado no norte do estado do Tocantins, com aproximadamente 186.245 habitantes (IBGE, 2021).

A expectativa é que o estudo — especificamente na localidade escolhida para este trabalho — traga reflexões e contribua para romper definitivamente com o descaso e os modos jocosos de significar as vidas atingidas negativamente pelos conteúdos de natureza ofensiva. E de forma mais abrangente ainda possa subsidiar discernimentos na construção dos planos de atuação, por meio do amparo dado pelas políticas públicas municipais; as quais compreendidas, aqui, como instrumento valioso e exclusivo para resgatar toda e qualquer possibilidade negada à condição de cidadania. Para tanto, nenhuma particularidade que afasta as pessoas da condição de cidadania pode ser apagada.

Em suma, as discussões apresentadas na presente pesquisa, com base no olhar Queer, são oponentes e questionadoras no que diz respeito à produção das desigualdades decorrentes dos processos de normatização. Assim, “Ser Queer” pode representar um respiro para fugir dos enquadramentos classificatórios, dando a possibilidade de que modos alternativos de viver a diferença sejam preservados. A partir disso, esse campo de estudo, “pode ser vinculado às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções

clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (LOURO, 2001. p.547).

Portanto, para subsidiar a realização dessa pesquisa qualitativa, cujo material empírico estudado são reportagens, foi escolhida a abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso; o qual carrega em si, “etimologicamente tem a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2013.p.15); ou seja, na sua dimensão principal, os sentidos produzidos pela língua, o canal sacralizador da heterossexualidade compulsória no imaginário coletivo. Discurso que sustenta a heteronormatividade, resultando diretamente na legitimação de formas sutis ou não, de apagamento de grupos socialmente marginalizados.

A invisibilização de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais causa um apagamento desejado por setores específicos e promove a noção de que tais vidas são mais indignas que outras. Talvez se explique, a partir disso, o número alarmante de assassinatos de LGBTs com requintes de crueldade: expulsos de casa, do convívio familiar e social, sem ter quem chorar suas mortes, LGBTs são marcados como as vidas indignas, as vidas matáveis. Pululam relatos de travestis e transexuais, em situação de prostituição, que são abordadas, estupradas e presas com flagrantes forjados por policiais, simplesmente por ousarem desafiar o poder heterocisnormativo (MACEDO JÚNIOR, 2017, p.50).

Conforme já exposto, o objeto desta investigação científica é a linguagem, dado ao fato dela ser o recorte sobre o qual a realidade é investigada; a partir da Teoria Queer, que emprega a desconstrução como método, no sentido de contestar e refletir sobre a normatização cartesiana de sujeito, padrões de normalidade e anormalidade, bem como sobre seus efeitos diretos na produção de identidades e no acesso ou não a privilégios apregoados aos seus modos de vida. Por isso, a Teoria Queer vem alinhada a contestar o “essencialismo estratégico” pelo olhar da interseccionalidade que, pela ótica de Miskolci (2007.p.12), conta com a leitura “conjunta de categorias nos processos de diferenciação social, categorias que não apenas se relacionam, mas determinam umas às outras. ”

Estudar os discursos sobre o gênero e a sexualidade apresentados pelo webjornalismo é de extrema relevância, já que os registros podem entregar pistas sobre intenções aparentemente veladas, as quais conduzem à manutenção ortodoxa e infundada de essencialização binária em torno do sexo e da heterossexualidade compulsória.



É possível, assim, fundamentar — a partir de Pino (2007, p. 167) — que a Teoria Queer se apresenta como proposta indispensável ao servir de base analítica, por estar voltada a compreender

[...] como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória (obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto) e na heteronormatividade (enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo)

Desconstruir essa naturalização, na perspectiva de Louro (2001), implicaria não somente em repensar a discursividade como elemento importante para reconsiderar as sociabilidades. Contribuiria, também, para a revisão e a criação de formas mais democráticas de produzir modos de vida, a partir da desestabilização da relação entre saber e poder hegemônico, perpetuadas através da materialização cotidiana das muitas violências fundadas a partir a LGBTfobia.

Por isso, a teoria Queer foi escolhida. Segundo explica Miskolci (2007), os processos normalizadores dentro de uma perspectiva interseccional na formação de identidades subalternas, classicamente têm que perpassar pelas categorias raça e gênero, uma vez que ambas, quando estudadas ao mesmo tempo, tornam-se ferramentas analíticas importantes para compreensão de identidades que podem gozar de uma vida possível de se viver, enquanto outras, não.

Com isso, como elemento de pesquisa, as seguintes questões: a LGBTfobia circula de modo explícito ou velado, nas narrativas apresentadas? Quais são os impactos da difusão de conteúdos dessa natureza para a população que consome esse tipo de informação? Existem similaridades e diferenças em relação aos sentidos encontrados nas narrativas, em relação às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes? Por fim, a LGBTfobia é capaz de delimitar modos distintos de sociabilidade no território investigado e podem ser explorados a partir da interdisciplinaridade encontrada nos estudos de gênero e sexualidade, propostos pelos estudos Queer?

Embora seja evidente a importância do webjornalismo como meio de comunicação utilizado para diversos fins, não é incomum que seja utilizado para alimentar injustiças e manter a invisibilidade de alguns grupos socialmente marginalizados, em especial ao grupo das pessoas que transitam dentro da sigla

LGBT — Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis —, pois segundo Assis, Freire e Ayres (2021.p.11), o trato discriminatório e a pouca importância aos casos de violência vinculados a essa população “em um veículo de comunicação, acaba sendo um segundo tipo de violência.

Neste mesmo sentido, as autoras ainda apontam que, em muitos casos, os crimes de ódio ou pautas que estejam alinhadas em prol do interesse das pessoas do grupo estudado sejam tratados sem a devida importância; ou, ainda, influenciados por interesses particulares, tanto da equipe jornalística, quanto das pessoas envolvidas que, ideologicamente, defendem e se engajam para resguardar — a qualquer custo — o enquadramento binário em torno do sexo e do gênero.

[...] A homo-lesbo-transfobia ainda é, infelizmente, uma questão atual no Brasil. O crescimento da influência das religiões conservadoras sobre o sistema político tem imposto uma série de bloqueios e até retrocessos para lutas de igualdade e reconhecimento (GREEN; QUINALHA, 2014.p.23)

Diante da problemática apresentada, essa pesquisa se mostra imprescindível em termos de investigação científica. Há uma escassez de estudos direcionados à compreensão dos mecanismos de dominação produzidos no território a fim de manterem inalteradas algumas injustiças sociais; e o posicionamento desvantajoso de alguns grupos sociais na estrutura social, como se tais lugares e posições fossem naturais e não produzidas, diante das formas escamoteadas e propositais de dominação, no entanto, contamos com a pesquisa realizada por Pinho, Silva e Gaspareto Neto (2020), dentre uma das poucas similares sobre essa questão. Ao analisar reportagens produzidas no portal de notícias mais acessado do estado — que trazia como enfoque central, questões relacionadas à comunidade LGBT — revelou-se falhas graves na cobertura jornalística, tais como: uso errôneo de conceitos e terminologias no tratamento das questões de gênero e sexualidade, ridicularização, trato pejorativo e falta de ética no trato e qualidade das informações noticiadas. Sobre essa questão, os autores advertem:

[...] A forma como as notícias são enquadradas, muitas vezes sob a ótica do grotesco e da violência, contribui ainda mais para a formação de estereótipos sociais acerca das periferias e grupos que vivem nelas. Isso porque ao abordar as comunidades periféricas de maneira unidirecional, reproduzindo o discurso dominante para a subalternização do cidadão, a mídia com frequência não oferece espaço para a visibilização das interfaces de comunidades em constante estado de transformação, produzindo a

espetacularização da notícia e a desinformação (PINHO; SILVA; GASPARETO NETO, 2020.p. 5-6)

Por esse motivo, sendo o webjornalismo um poderoso instrumento de difusão de informação e um veículo capaz de difundir e persuadir o pensamento coletivo; para este trabalho, portanto, a Análise do Discurso de Corrente Francesa (ADF) foi considerada a proposta metodológica mais adequada para investigar os sentidos e visões de mundo — individuais e coletivos — que, por interesses diversos, se opõem à possibilidade de garantir democraticamente os direitos humanos à sociedade brasileira; posicionamento necessário para a manutenção do que entendemos por cidadania.

Assim, a organização deste trabalho está disposta da seguinte forma: no capítulo 1, os conceitos e o recorte histórico sobre os estudos de gênero e sexualidade ancorados na perspectiva queer, bem como os processos de operacionalização e produção da opressão LGBTfóbica e sua funcionalidade para a produção de desigualdades; no capítulo 2, a apresentação dos estudos de cultura e território a partir das especificidades encontradas em fontes diversas, sobre os enfrentamentos de pessoas LGBTs, em diversas cidades brasileiras; no capítulo 3, a metodologia e, seguidamente, os achados, organizados a partir de categorias estudadas em profundidade a partir do atravessamento teórico da interdisciplinaridade e, por fim, no capítulo 4, o fechamento e as considerações decorrentes do estudo.

## 2 A LGBTFOBIA E A ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo enfoca a apresentação histórica e problematizadora em torno da LGBTfobia, contribuindo para o debate sobre como a sociedade é afetada por esse dispositivo de controle dos corpos. No final, apresenta os fundamentos da teoria-guia de nossas análises, a Teoria Queer.

Etimologicamente, na expressão LGBTfobia, identificamos o acoplamento do termo grego *phóbus*, que faz menção à aversão, ojeriza, pavor e medo, direcionados às ações e posicionamentos em relação às pessoas alocadas na sigla LGBT (lésbicas, gays, homossexuais, transexuais, transgêneros<sup>4</sup> e travestis) que, historicamente, foram situadas dentro das relações sociais como humanamente inferiores. É importante enfatizar que, na atualidade, esse grupo ainda experimenta assujeitamentos, constrangimentos e violências variadas, causadas pela opressão e intimidação (VALADARES; ALMEIDA, 2018).

É importante salientar que a partícula “fobias”, adicionado à sigla, não deve ser compreendida na mesma perspectiva adotada pela psicopatologia, tal como a descrição de Dalgarrondo (2008), como sendo “produções subjetivas decorrentes do medo ou aversão, oriundos de objetos ou situações específicas, em que o sujeito é colocado de forma concreta ou fantasiada em situações que, de fato, representam perigo”. Fica claro que, em se tratando da LGBTfobia, não é correto levar-se em consideração que o que se compreende por fobia tenha alguma relação com predisposições inatas, biológicas ou algo próprio de uma dada pessoa.

Antes de mais nada, neste caso, salientamos que a LGBTfobia é um dispositivo intencionalmente e historicamente gestado no cerne das sociedades, com propósitos bem definidos; conforme contextualizaremos no presente capítulo, em que entendemos que a LGBTfobia é uma ideologia, porque há em nossa sociedade a recusa e uma indução proposital a não exercitar uma busca atenta, na história, que seja capaz de revogar e deslegitimar esse sistema opressor e perverso.

---

<sup>4</sup> Terminologia comumente utilizada para descrever pessoas que transitam entre gêneros fora do que socialmente se estabelece para cada sexo biológico; passa a ser então transgênero, que engloba categorias identitárias como travestis, transexuais e outras. (TOLEDO, 2019. p.118)

Realmente, para os grupos que se beneficiam da LGBTfobia, convém não olhar para história e, conseqüentemente, não desenvolver um olhar crítico em relação a essas questões, visto que uma contextualização mais abrangente poderia suscitar, em alguns interessados, a perda de privilégios, bem como levar à produção de um novo modelo de sociedade — mais justa e democrática —, na qual nenhuma pessoa pudesse ser reduzida à condição de menos humana, pela diferença (PERUCCHI; BRANDÃO; VIEIRA, 2014).

Pela mesma ótica, Rosa (2020) nos diz que a ideologia sexista se nutre da premissa naturalizada de que homens e mulheres são complementares, em que se repete-se o padrão nessa organização legitimada: o homem é mais capacitado e habilitado para lidar com situações ou ocupar lugares que envolvem postos de decisão e controle, enquanto as mulheres, simplesmente por sê-las, somente lhes cabe o lugar complementar de extensão, da obediência e da servidão. Em analogia a essas questões, Borrillo (2010, p.11) diz que:

[...] do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado à distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra a natureza, vício de Sodoma - outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo.

Estas diferenças são sustentadas pela anatomia do corpo por essas ideologias sexistas, as quais tomam as genitálias como expressão de suas dissimilaridades; e, a partir disso, passam a organizar a vida e o lugar social em que cada pessoa será inserida num plano organizado e muito articulado, produzindo assim, relações de desigualdade que irão se manifestar em diferentes nichos da vida cotidiana.

Isto posto, as agressões e os atos de violência, reais ou desejados são autorizados e representados com certa naturalização dos corpos atrevidos. Estes por “escolha” resolvem contestar as normas vigentes que fundamentam e impiedosamente são utilizadas para justificar os processos de exclusão social e até de aniquilamento em virtude do modo destoante de rompimento com o modelo de gênero e de orientação sexual, preconizados como ideal e único, o cisheteronormativo (PEIXOTO, 2018). Assim, todo esse aparelhamento de interesses que faz com que a LGBTfobia aparente seja um fenômeno individual, serve para fundamentar o lugar privilegiado da heterossexualidade, tida como

concordante com os princípios da natureza e, portanto, normal (BORRILLO, 2010; VALADARES; ALMEIDA, 2018).

Vale salientar que orientação sexual é um conceito que surge nos primórdios do século XX e da sexologia — campo de estudo dominado pelo saber médico —, onde as práticas sexuais sem fins reprodutivos, fortemente influenciadas pela moralidade religiosa, eram patologizadas e criminalizadas pela psiquiatria da época e, da mesma forma, a partir de Robert Stoller, as performances de gênero que fugissem do enquadramento sexo-gênero (OLIVEIRA, 2019).

Sobre a formação da sexualidade humana, Toledo (2019, p. 117) afirma que esta é interpelada pela combinação tripla das esferas biológica, psicológica e social e, em resumo por “quatro elementos: sexo, gênero, desejo sexual e comportamento sexual, que se destringem em diversas outras categorias”. Segundo a autora, macho e fêmea é uma divisão da biologia, enquanto homem e mulher, uma categoria cultural. Neste sentido, o gênero existe para dividir o biológico do social, enquanto a identidade, volta-se para o modo como a pessoa se sente enquanto sujeito performativo. (TOLEDO, 2019).

A articulação entre sexo e gênero serve para oprimir, violar e invadir a privacidade do que é tido como marginal, com certa legitimação da sociedade. Portanto,

ser homossexual não se resume a transar com pessoas do mesmo sexo. Transgênero não se resume a vestir roupa do sexo oposto. A sexualidade e a construção da identidade vão muito além do comportamento erótico-sexual, pois estão vinculados aos afetos, aos desejos, aos relacionamentos amorosos, e constituição conjugal, à formação familiar, ao posicionamento no mundo, a direitos civis, ao reconhecimento de cidadania, aos direitos humanos. Reduzir a sexualidade e a identidade de gênero a meros comportamentos, é uma justificativa mesquinha de exclusão (TOLEDO, 2019, p. 124).

Devido a toda negatividade produzida pela transfobia, pela lesbofobia e pela homofobia, observa-se o quanto as violências são, de certo modo, banalizadas.

A construção da identidade individual perpassa sempre pelo convívio com a diferença e sua legitimidade. Portanto, não deve ser vista num mundo de constantes transformações como uma cortesia destinada e voltada a atender demandas de quem não se encaixa dentro dos parâmetros de gênero e sexualidade impostos pelo sistema binário (ROSSOLATTO, 2019).

A expressão homofobia, tratada aqui como sinônimo de LGBTfobia, foi interpretada, inicialmente, como medo ou aversão subjetiva às pessoas LGBT,

levando a naturalização dos efeitos conscientes ou intencionais de quem a produzia; isto fez com que acentuasse ainda mais os atos de violência como entraves de personalidade, intrínsecos e singulares de cada pessoa. Essa neutralização dos efeitos segundo as características individuais, ao longo do tempo, foi ganhando novos contornos e passou a ser entendida como fenômeno social e modelado intencionalmente para um tipo de sociedade desejada. Essa moralidade imposta chega a alcançar níveis muito altos de dominação. Sobre isso, Silva *et. al* (2016) nos lembra que a política brasileira tem colocado em xeque a laicidade estatal, como tem, também, produzido questionamentos em torno de muitas instituições que — pelo menos em nível de intenção principal — foram criadas para proteger e assegurar direitos humanos. Isso tem se configurado como um grande desafio para as políticas públicas.

Chamada de “ideologia de gênero” pelas classes dominantes — devido aos seus interesses —, a ideia de desejo intencional de subversão às normas do sexo ou do gênero é propagada como sendo um tipo de liberdade que afronta a Deus; chegando a negar qualquer comprovação empírica da realidade que insiste em nos apresentar, diariamente, inúmeras atrocidades.

A aceitação da diversidade sexual pela sociedade, propiciada a partir da Revolução Sexual, entre os anos 1960 e 1980; e pela desconsideração da homossexualidade como doença mental pela Associação Psiquiátrica Americana, na década de 1970 — que estimulou, em 1994, a mesma atitude por parte da OMS —, observa-se uma presença mais significativa da temática nos meios de comunicação (COTTA; CABRAL FILHO, 2015, p. 28).

Conforme consta no prefácio escrito por Marco Aurélio Maximiliano Prado, na obra *Homofobia: história crítica de um preconceito*, Borrillo (2010) traz a definição de “homofobia” como sinônimo do que na atualidade chamamos de “LGBTfobia”, sendo usada no cenário americano no início da década de 1970, fazendo menção inicialmente ao “medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais” (BORRILLO, 2010, p.9). Ao longo do tempo, a primeira expressão passou a incorporar novos significados, trazendo possibilidades reais de que houvessem mais diálogos e compreensões, ainda que refletissem certa generalização em torno da intolerância e das violências direcionadas às pessoas que destoavam dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade; retirando a noção reducionista em torno do desconforto individual. Com isso, ao convocar a

cultura, o campo político e social para a compreensão das manobras efetuadas para produção de um projeto societário, em que as desigualdades sociais, a distribuição desigual e o acesso aos direitos humanos, passassem a impressão de que são mantidos como lugares dados e, não, induzidos politicamente.

De forma similar, outros nichos produtores da desigualdade social — tais como questões de natureza étnica, racial, ou religiosa — apareciam, descritos por Borrillo (2010), associados às manifestações intrínsecas da personalidade e, por isso, essas colocações tão rígidas acabavam apagando evidências ou vestígios que pudessem mostrar qualquer intenção política que revelasse o funcionamento de tais manobras. Como estratégia principal, era colocado sob responsabilidade da natureza — e em alguns discursos ainda é —, qualquer explicação que fosse necessária para convencer que realmente existia uma supervalorização da heterossexualidade; como sendo esta natural, normal e concordante com a essência humana e, portanto, sadia; enquanto qualquer outra variante era patologizada.

Neste sentido, Borrillo (2010, p.16) explica que:

A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução da ordem social, e não como um dispositivo de reprodução biológica da espécie. A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hétero/homo), quanto de gênero (masculino/feminino). Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de forte personalidade, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade.

Corroborando com essa perspectiva, Medeiros (2019) nos lembra que os crimes de ódio LGBTfóbico, enquanto um fenômeno produzido socialmente, não geram efeitos negativos apenas na vítima direta: acaba deixando muitos vestígios indicativos de ameaça para todas as pessoas LGBT, ou seja, os corpos são inescrupulosamente submetidos ao controle social pelo receio da morte. Convencionalmente chamamos esse tipo de ação de necropolítica, em que precisam desenvolver artimanhas para não serem exterminados e, “ao tomar conhecimento da morte e/ou agressão de membros de seu grupo social, passa a temer por sua vida e tem suas subjetividades e expressões controladas” (p. 397).

Diante do exposto, conforme levantamento feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 26 horas um brasileiro morre vítima de LGBTfobia, tornando o Brasil



o pioneiro no número de mortes no grupo em questão, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Dados recentes de mortes entre 2014 e 2019

<b>Ano</b>	<b>Número de vítimas</b>
2014	329
2015	319
2016	343
2017	445
2018	420
2019	329

Fonte: Adaptado do Relatório de Mortes apresentado pelo Grupo Gray da Bahia em 2019. (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Uma vez que um dos principais papéis da mídia é difundir informações à população, entendemos que por meio dela, também, é possível produzir conscientização através do conteúdo de suas produções discursivas. As colaborações podem ser positivas ou não. De toda forma, sabemos que os discursos midiáticos atravessam a subjetividade social e coletiva e, tanto pode contribuir para a produção de formas saudáveis e mais humanizadas de relação, como pode cristalizar e manter modos desiguais e menos democráticos de vida em sociedade; neste último comportamento o dispositivo midiático acaba contribuindo para formatar ideologicamente culturas permeadas de concepções e comportamentos que retiram, de grupos específicos, a condição de humanidade, em razão da discordância com os valores ideológicos da elite. Verificamos que essa problemática não se enraíza apenas na cidade de Araguaína, mas em diversas cidades brasileiras.

Quando a mídia compactua ideologicamente com a perpetuação histórica e cultural de prerrogativas estigmatizantes em relação a essa população, fomenta não só o desvalor da população LGBT, como também materializa — via atuação no imaginário social dos grupos humanos — a doutrina da violência e potencializa o desabastecimento de direitos básicos, inclusive no que diz respeito ao direito à vida, conforme apresentação de dados recentes sobre mortes, incluindo o suicídio dessas pessoas no Brasil.

Em relação aos aspectos conceituais, Fonseca (2015) nos lembra que a homofobia é um tipo específico de discriminação produzida em relação à orientação

sexual e não de gênero; as quais, no entanto, são compactadas e reduzidas para caber dentro de uma mesma sigla, que sufoca, de maneira nada sutil. As alarmantes e expressivas estatísticas da violência e dos crimes contra as pessoas não binárias são cotidianamente divulgadas contra as identidades de gênero (e não sexuais) de travestis e transexuais. De qualquer forma, gênero e sexo estão sempre conectados, conforme explicação de Preciado (2017, p.25), quando afirma que o sexo “é uma tecnologia de dominação heterossexual que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino).”

Historicamente, a prática do sexo anal se apresenta diretamente ligada às primeiras perseguições, iniciadas durante a “metade do século VI, quando o imperador bizantino Justiniano e sua esposa Teodora proibem, por motivos políticos, os “atos contra a natureza”, amparando-se em razões religiosas. A lei previa, como castigo, a castração e o passeio público pelas ruas” (SAEZ; CARRASCOSA 2016, p.58). Segundo Benevides (2020), generalizar o modo como as violências acontecem contra travestis e transexuais, minimiza os efeitos da violência de gênero, como sendo equivalentes às observadas nas orientações sexuais, ou seja, tornando a transfobia invisível. Nesse sentido, Peixoto (2018, p.25) argumenta que

[...] é comprovado com dados nacionais e internacionais que, no Brasil, pessoas travestis e transexuais são as que mais sofrem pelo extermínio de suas identidades de gênero. Soma-se a isso o fato da travestilidade e transexualidade serem identidades de gênero e não orientação sexual como gay, lésbica e/ou bissexual. Desse modo, a junção de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais numa só sigla confunde e precariza o debate sobre as sexualidades e as identidades, além de homogeneizar a violência entre esses/as LGBTs.

Esse regime de poder, de acordo com Saez e Carrascosa (2016), é heterocentrado, tendo lugar e função e específicos, como nos mostra Foucault (2017, p.7-8):

[...] A família conjugal a confisca. E absorve-a inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador, dita a lei. Impõe como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais.

Assim, a opressão contra as sexualidades não hegemônicas é autorizada e compartilhada, pois existe uma deliberação social que a permite, ou seja, uma ideologia que sustenta e repugna essas práticas sexuais (BORILLO, 2010). Ao

trazermos este contexto para a cidade de Araguaína, nos deparamos com um emaranhado de elementos que se configura para que essa população seja ainda mais marginalizada; uma vez que, tanto o lugar ocupado na estrutura social, quanto os modelos de vivência do sexo e do afeto, estão desalinhados do padrão dominante que ocupa o topo da cadeia de privilégios, no caso o “homem, branco, cisgênero, heterossexual, cristão, magro, rico e com outras características “normais”. Isso porque esta lúdica forma de ser e viver é tida como a única ‘honrável’, ‘digna’ e ‘saúdável’ de sobreviver” (VALADARES; ALMEIDA, 2015. p. 60).

Sobre a LGBTfobia de gênero, as transfobias, é notório em nossa sociedade que os corpos que se apresentam reconhecidos ou identificados com características femininas estejam submetidos a condições de vulnerabilidade ainda mais acentuadas. O conceito de vulnerabilidade tratado na dissertação é entendido como problema social, decorrente da precarização das condições de existência, “dentro de uma ordem normativa que distribui o poder e a capacidade de ação de modo desigual (SEFFNER, RIOS, 2018, p.38).

Por isso, Bento (2011) afirma que a LGBTfobia é necessária para a manutenção da heterossexualidade, carecendo, então, de investigação sobre a perspectiva de raça para melhor compreensão dos processos de exclusão da sociedade capitalista. Segundo Green (2000), até aproximadamente 1930 difundia-se no Brasil a ideia de que a homossexualidade estava diretamente associada às raças inferiores, que precisavam passar pelo confinamento do aprisionamento para serem “tratadas.”

A expressão “ideologia de gênero” é uma afirmação discursiva que deslegitima os não binários, a partir de discursos infundados que são configurados como verdadeiros (VECCHIATTI., 2018). Partem da proposição de que existe uma dicotomia entre o natural e o cultural como se a identidade de gênero estivesse ligada às condições naturais; sendo, portanto, imutável e, da mesma forma, com os papéis sociais. Butler (2018) contesta essas proposições ao afirmar que por trás desse modo de organização social, pautado nas desigualdades, existe a intenção de que a sociedade funcione a partir dessa perspectiva que, inescrupulosamente, alimenta e delibera que alguns corpos possam existir e outros, não.

A partir da perspectiva de Foucault (2006), a LGBTfobia pode ser entendida como dispositivo, ou seja, um aparelhamento de estratégias, intencionalmente esquematizadas e legitimadas pelo poder, difundidas e aplicadas como necessárias

para manutenção de uma suposta ordem social em torno da sexualidade e do gênero, em que o verdadeiro caráter intencional não é revelado abertamente — a manutenção incessante de que o controle dominante continue sendo exercido como “economia política”, a partir do “discurso de verdade” que naturaliza os lugares ocupados socialmente como condição natural, não apenas no nível da materialidade, mas também das subjetividades.

Em relação à sexualidade, Rubin (2017) diz ser um dos alvos, entre tantos outros, cujo controle de interesse político faz circular o reducionismo de condição natural e de alguma forma, convencendo as pessoas de que o sexo não é interpelado pela ação humana e tampouco pela historicidade. Portanto, conforme posicionamento da autora, qualquer possibilidade de entendimento das reais intenções políticas que estão por trás dessas manobras são despistadas, uma vez que contam com peso do discurso das instituições — sobretudo os da medicina, da psiquiatria e da psicologia —, que durante muito tempo difundiram o essencialismo do sexo.

Essa essencialização histórica da sexualidade, segundo Rubin (2017), se configurou como uma potente estratégia de implantação e funcionamento do sistema capitalista; cujos pilares centrais de sua estruturação são a produção e a manutenção das desigualdades sociais a partir da existência da exploração de classes. Sobre essa questão, Pereira, et al (2019. p. 287-288) explicam o que:

[...] percebemos que existem diversos fatores que são excludentes de parcelas da população: estrutura econômica, cultura, gênero, política e etnia. Excluir significa impossibilitar o compartilhamento, a partilha, e resulta em recusa, abandono e expulsão de um conjunto da população de gozar de plenos direitos de escolha em sua própria vida, o que resulta em uma privação da autonomia, da participação social e coletiva, além de uma parcialidade na constituição subjetiva. É por não ser pessoal, mas coletiva, que a desigualdade é social e que gera pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública.

Com isso, pode-se perceber que a LGBTfobia é um poderoso dispositivo de controle social, que a partir do uso velado de seus mecanismos, coloca a pessoa que manifeste a sexualidade, diferente da heterossexual, numa condição de inferioridade, dado que a heterossexualidade foi instituída como modelo exemplar, que reflete e orienta como todas as pessoas deveriam ser (WELZER-LANG, 2001).

Portanto, essa deslegitimação posta em relação àqueles que fogem das prescrições normativas do sexo e de forma complementar do gênero irão impactar negativamente a subjetividade individual, podendo também se estender à produção de um olhar que desqualifica os iguais (NAWARRO- SWAIN, 2007).

[...] A subjetividade é cotidianamente constituída por atravessamentos de forças do campo social: seja a partir do Estado, da mídia, da escola, da família, da religião, da ciência, entre uma infinidade de relações micropolíticas que nos assujeitam, mas também podem possibilitar a (re) invenção de novos possíveis e de novos modos de vida que escapam às relações de saber e poder, produzindo modos ético-estéticos de existência (SANTOS; TEIXEIRA-FILHO, 2014.p. 204).

Com esses efeitos, os corpos que se encontram fora dos contornos do binarismo sexual ou de gênero têm suas subjetividades interpeladas pelas instâncias sociais, as quais impõem o poder pelo discurso; ao sujeitar corpos ao lugar de abjetos ou ainda, conforme nos lembra Medeiros (2019), subjetividades condicionadas que adotam o silenciamento como tática para continuarem vivendo.

Dentro da problemática estudada, é importante salientar que na perspectiva da matriz heterossexual, a cisgeneridade se apresenta de forma acessória e obrigatória, na qual as pessoas devam ser enquadradas sem qualquer tipo de oposição a esse padrão social imposto e naturalizado. Este modelo é reiterado rotineiramente pelas instituições sociais, responsáveis por cristalizar tais preceitos que ainda são mantidos por interesses políticos. Inúmeras vezes propagados como de “escolha individual”, são intencionalmente eficientes para a produção e manutenção de um projeto de sociedade que edifica a partir das desigualdades, em que muitos são desalojados da condição de seres humanos — fato que pode ser didaticamente comprovado no cotidiano, se voltarmos o nosso olhar para o modo como os direitos básicos são acessados.

Inicialmente, convém assinalar que a LGBTfobia é um sistema de opressão, estrutural e estruturante das relações, subsidiada a partir do controle exercido sobre o sexo e dos papéis a ele associados, assim como também da delimitação instituída de que as pessoas só pudessem obter reconhecimento, unicamente como corpos femininos ou masculinos. As características observadas por meio de normas hegemônicas asseguram o reconhecimento do indivíduo dentro do modelo de feminilidade e masculinidade, sendo de fluxo contínuo e repetitivo com o intuito de possibilitar o enquadramento imediato — chamado por Butler (2018) de performance

— o que deve corresponder ao sexo. Quando isso não acontece, acaba funcionando como um substrato potente para a desumanização de travestis e transexuais, pessoas que aparecem distantes de atributos valorizados socialmente, como os que

[...] são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa (BENTO, 2011, p.554).

Amparado nessa concepção, ao longo do tempo a ação mediada por interesses hegemônicos em diversas culturas legitimou e naturalizou a heterossexualidade como lugar de superioridade e espelho de enquadramento, restringindo qualquer possibilidade de reconhecimento de manifestações que fujam das limitações impostas (relações afetivas ou práticas sexuais), como, por exemplo, as que apresentam diferenças em torno do sexo biológico, produção mediada a partir do reconhecimento genital, antes ou depois do nascimento (LOURO, 2001; VECCHIATTI, 2018; BUTLER, 2019; CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2019).

## 2.1 A TEORIA-GUIA: “ESTUDOS QUEER”

Segundo Miskolci (2007), a expressão “Teoria Queer” é uma denominação proposta em 1990 nos estudos sociológicos de Teresa de Laurentis, inicialmente dedicados a problematizar as sociabilidades edificadas em torno do binarismo hegemônico, buscando, assim, questionar a produção dos lugares soberanos e subalternos confeccionados pela matriz heterossexual, dentro da mesma concepção de dispositivo proposta por Foucault (2006) que, ao impor a heterossexualidade como modelo normal, natural e padrão a ser seguido, corrobora para que as pessoas se definam por esse paradigma dominante, conforme nos aponta Miskolci (2007, p. 06), quando explica que mesmo nas sexualidades dissidentes, a percepção de si, bem como a formação da subjetividade como um todo, são interpeladas pelo sistema heteronormativo.

[...] As formas de definir a si mesmo de várias culturas sexuais não-hegemônicas seguem a heteronormatividade, o que é patente na díade ativo/passivo dos gays, a qual toma como referência a visão hegemônica sobre uma relação sexual reprodutiva para definir papéis/posições sexuais.

Conforme já destacado na introdução desta dissertação, a Teoria Queer não nasce como uma reivindicação simplista para dar visibilidade às pessoas não cisheterossexuais: ela propõe abertamente a desconstrução “com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia” (MISKOLCI, 2007, p.06).

Por isso, a Teoria Queer, oriunda dos estudos culturais e do aporte filosófico do contexto americano do século XX, ao trazer como enfoque principal a desconstrução hegemônica do pensamento ocidental contemporâneo acerca dos estudos sobre gênero e sexualidade rompe com o modelo cartesiano de sujeito — imutável, permanente e natural, proposto pelo estruturalismo —, dando lugar, no pós-estruturalismo à contestação dessa ordem, pela noção de um sujeito que muda; ou seja, o ser humano e tudo que o compõe — como a subjetividade, o gênero e a sexualidade — se atualiza no decorrer do tempo. Um exemplo disso é o fato de que era comum aos homens do século XVIII usar pó-de-arroz e peruca; o que hoje não seria reconhecido como uma performance masculina. Os aparatos estruturais que são atualizados no decorrer do tempo, incluem, também nesse bojo, a sexualidade. (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2009).

Louro (2001, p. 547) articula, ainda, que “problematizaram as noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação”. Ao surgir como teoria contestadora, trazendo a necessidade de reformulação nas concepções vigentes citadas na época, sobretudo, no campo artístico e midiático, a Teoria Queer precisou nascer “fora dos departamentos de sociologia e antropologia” (MISKOLCI, 2007, p.06).

Louro (2001, p. 546) destaca ainda que a expressão Queer pode ser entendida como sinônimo de estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, mas que também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais.

Em concordância com Louro (2001), ao analisar os discursos midiáticos em torno da população LGBT, é possível entender melhor a negação de identidades, a fim de propor reflexões que possam auxiliar a repensar os nefastos efeitos da LGBTfobia no território de Araguaína, bem como abrir espaços para denunciar como essas estratégias normalizadoras repercutem negativamente na perpetuação das vulnerabilidades, especialmente aquelas ocasionadas pela impossibilidade de acesso aos direitos fundamentais da saúde, educação e proteção.

Em linhas gerais, (Louro, 2001.p. 549), destaca o seguinte:

[...] Segundo os teóricos e teóricas queer, é necessário empreender uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com a lógica binária e com seus efeitos: a hierarquia, a classificação, a dominação e a exclusão. Uma abordagem desconstrutiva permitiria compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes, como mutuamente necessárias e como integrantes de um mesmo quadro de referências. A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse 'outro' permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como 'natural'.

Diante do exposto, no capítulo a seguir elencamos, de forma panorâmica, algumas pesquisas sobre os enfrentamentos decorrentes da LGBTfobia em alguns municípios brasileiros e em Araguaína, sem nenhuma intenção de exaurir as ressonâncias e espectros dos diversos efeitos produzidos pela violência.



### 3 A LGBTFOBIA NA IDENTIDADE CULTURAL BRASILEIRA

Ao longo do tempo, a partir do surgimento da internet, o fazer jornalístico — assim como outras práticas culturais — passou a se expandir para além do típico jornalismo da imprensa escrita, para outras formas notoriamente mais flexíveis, simples e rápidas de confecção de notícias, muitas vezes necessárias para suprir a falta qualificada de recursos humanos em sua produção; trazendo, como um ganho substancial, a otimização da interação com entre os leitores da notícia, como ocorre no webjornalismo — a base para estudar o conteúdo de noticiários desta investigação — e pode ser entendido, então, como “ o jornalismo que se faz na *Web* e para a *Web*. Outras denominações usadas por vários autores são Ciberjornalismo, Jornalismo Online e Jornalismo em Linha” (CANAVILHAS, 2014, p. 3).

Dalmonete (2009, p. 121), partindo da mesma concepção, acrescenta que o Webjornalismo

[...] é caracterizado não como um novo jornalismo, marcado por ruptura e negação de uma tradição, e sim como a renovação de antigas práticas. A partir das características atribuídas a esse jornalismo, pode-se verificar o papel preponderante das continuidades e potencializações observadas, em detrimento de rupturas ou negação da práxis jornalística em outros suportes.

Este meio de comunicação nos ajuda a pensar em como os processos e práticas cotidianas dão substancialidade para entendermos as mudanças e a manutenção de alguns processos de sociabilidade com grupos LGBT. A esse leque de elementos que organizam as práticas da cotidiana de grupos humanos, Hall (2016), chamou de cultura.

Partindo desse pressuposto, percebe-se, então, que os violentos processos decorrentes da LGBTfobia estão intimamente relacionadas com a noção de cultura, onde “linguagem” se apresenta como substrato de base para trazer a materialidade da vida, onde as relações de dominação são pactuadas através do que Hall (2016) entende como cultura hegemônica, sendo a mídia, inclusive, um instrumento de transmissão de saberes tidos como validados e universais que acompanham o percurso histórico e as modificações decorrentes dele.

A exemplo disso, Oliva (2015) destaca que o século XII marca o início das perseguições contra pessoas que mantinham relações sexuais com outras do mesmo sexo, pela igreja em Jerusalém no ano de 1120, através do Concílio de

Nablus. No intuito de padronizar tais práticas e manter o controle sobre o casamento, uma prática institucional que gerava, aos desordenados, o título de inimigos da civilização humana e, nos membros da nobreza, apenas um vício decorrente do fato de estarem acostumados com o excesso.

Para compararmos melhor como as estruturas de poder historicamente operavam sobre a homossexualidade, é importante salientar que

[...] a homossexualidade era considerada uma manifestação da decadência cultural no século XIX, cujo estigma era fortemente reforçado pelo Darwinismo Social da época, sendo, portanto, “ao longo da história ocidental, absorvida por instituições como o direito e ciências, como a medicina, a psiquiatria e a antropologia” (OLIVA, 2015.p 21).

Por isso, uma das principais contribuições do que Hall (2016) chama de estudos culturais, é justamente a noção de transitoriedade cultural, reiterando os constantes processos e mudanças que permeiam as práticas culturais, dando enfoque — dentro dessa questão — à resistência e negação da legitimação entre concepções hegemônicas que validam o que é ou não cultura, a partir do reconhecimento e criticidade das subculturas vistas como práticas culturais de caráter marginal.

A diversidade dos modos de pensar a cultura extrapola o social, incidindo sobre a produção da subjetividade. Nessa dinâmica, Góis (1999) destaca que toda pessoa tem um local concreto, que também é social, onde o indivíduo o reconhece como sendo dele e é reconhecido como pertencente ao lugar, que pode permear desde a intimidade individual dos espaços residenciais, até o espaço coletivo dos municípios que se mostra como produtor da identidade individual, uma vez que possibilita a produção de significados que se dá através da relação estabelecida entre as práticas do cotidiano e da apropriação concreta do território.

Macerata (2015, p.177) diz que o território é o cenário fabricado

[...] pelas relações que nele se estabelecem: as amizades, as parcerias, as inimizades, as relações de violência, exclusão, as relações de ajuda e cooperação. Composto por todos os atores que por ele passam (os moradores de rua, a polícia, os traficantes, as instituições religiosas, de políticas públicas, os comerciantes, os transeuntes, pesquisadores), e ainda por coisas e lugares que o compõem (bueiros, esconderijos, calçadas, estabelecimentos) e pelas ações nele realizadas (morar, perambular, dormir, comer).

Continuando sua análise, a autora chama de “território existencial” o lugar do meio citadino que acomoda quem por ela passa. No entanto, a cidade pode ser entendida como uma aglomeração “sem rosto que permanentemente percorre múltiplos pedaços de seus territórios que convive com realidades díspares e transita em uma dinâmica de ir e vir ininterrupta para cumprir um cotidiano” (FREITAS, 2016, p.82).

Dessa forma, para além das composições materiais e físicas que fazem parte da constituição do território, cabe ressaltar também a existência da vitalidade humana que escancara possibilidades distintas de se relacionar, ou mesmo de segregar. O território deve ser pensado como espaço de autonomia do despojado, da exposição da criatividade, e não somente serem regulados mandamentos que ajustam, autorizam e, ao mesmo tempo, coíbem a existência da pluralidade, onde revela-se certo déficit democrático e civilizatório.

Nos espaços municipais, as subjetividades podem sofrer os efeitos da repressão produzidos pelo poder, em situações que podem variar desde a censura até a eliminação da vida. A palavra “norma” quer dizer “prescrição” — um modelo que tem o alinhamento como proposta. Quando se tenta normalizar algo ou alguém, nega-se a possibilidade das manifestações da diferença e do que não apresenta uniformidade. O apreço conferido ao que está dentro da norma, legitima o descrédito direcionado a qualquer manifestação diferente do que é regulamentado. Percebe-se, nesse sentido, uma ligação complementar indivisível em que o normatizado só pode existir na presença daquele que não está dentro de certos padrões (BUTLER, 2015).

Percebe-se que, nas cidades, existem inúmeras convenções, experiências pessoais e arquitetônicas e muitos modos de se viver. Na esfera urbana temos novas formas de relações sendo produzidas em concomitância com o surgimento das dificuldades produzidas pelo crescimento das cidades, encadeadas pela produção do modelo atual de espaço público, no qual muitos grupos humanos estabelecem preceitos específicos da vida em sociedade que nem sempre são coerentes com as deliberações de funcionamento dos espaços urbanos (FREITAS, 2016).

Os papéis são reconhecidos dentro da zona, do território, assim como a opressão, pensamentos, comportamentos, diálogos, contingências, políticas e intervenções que vão se transformando em aparatos para se pensar em campos localizados. Estudar as territorialidades implica em pensar num campo que se ocupa

de inúmeras demandas produzidas no cotidiano. Trata-se, portanto, de desenvolver uma visão mais crítica, que esteja vinculada diretamente a “diferentes elementos que se tecem como territórios geográficos, políticos, institucionais e simbólicos, arquiteturas, cartografias, percursos, saberes que forjam formas de habitar e viver na atualidade” (HÜNING; BERNADES; REIS, 2019, p. 3-4).

Como as próprias autoras destacam, as opressões surgem como pontos que se fazem presentes na atualidade, com base em políticas e ações abalizadas no extermínio, alinhavadas para perspectivas micro e macropolíticas e, sobretudo, para adversidades do presente que não podem ser ignoradas, como acontece cotidianamente com os grupos considerados minoritários. Essas constantes violações produzem a mortificação de expectativas em relação ao futuro, que Brandão (1999) considera como sendo uma das maiores castrações da modernidade.

[...] ao privar os indivíduos da crença em si mesmos e no próprio futuro, a visão neoliberal do mundo, do alto da sua pseudocientificidade, oblitera a possibilidade de mudança, de transformar o cotidiano, de pluralizar os espaços e de diversificar as ações humanas (p.111).

Assim, “o espaço habitado transcende à ideia de ocupar um espaço geográfico; habitar pressupõe criar sentidos, estabelecer relações” (SILVA JÚNIOR; BELLOC, 2018. p. 1069-1070). Nesse mesmo sentido, Pocahy (2013, p.223) nos diz que

[...] a cidade e seus re/cantos e esconderijos produzem alianças táticas para a reversibilidade das posições de assujeitamento e abjeção, como aquelas que cercam a experiência das ditas identidades sexuais e das formas de produção de prazer.

As representações sociais que acompanham a comunidade LGBT na cultura brasileira são inúmeras, mas encontrar — quase sempre — conotações pejorativas é muito comum. De forma geral, alguns aspectos negativos que acompanham constantemente a vida dessa população incide sobre o fato de serem constantemente excluídos, violentados e desassistidos do acesso a direitos básicos. Isso certamente contribui para que se produza, em larga escala, uma variedade de vulnerabilidades que tornam tais corpos abjetos e, por isso, objetos profícuos de questionamentos e investigações acadêmicas acerca de tais identidades.

Nesta esteira, toda identidade, na perspectiva de Hall (2006), é interpelada cotidianamente pelas mudanças e formas de organização da vida em sociedade. Ou seja, a noção de identidade, para o autor, não pode ser concebida como entidade

fixa ou estável. Nesta esfera, as mudanças trazidas com a globalização produzem as sociedades modernas, concebidas como aquelas que estão em constante processo de transformação, possibilitadas pela linguagem, ou melhor, pelos sentidos trazidos e compartilhados socialmente por ela, inclusive na esfera da percepção e, conseqüentemente, no comportamento em razão do que representa. São formas de representação:

[...] escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação - deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Assim, a narrativa traduz os eventos numa sequência temporal “começo-meio-fim”; os sistemas de representação traduzem objetos tridimensionais em duas dimensões. Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo (HALL, 2006, p.70).

As formas de representação são possíveis através da linguagem, sistema basilar que dá aos sujeitos possibilidades reais de compartilharem significados. Resulta, pois, no substrato principal para produção de cultura que, nas palavras de Hall (2016, p.19), faz menção “a tudo o que seja característico sobre o modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social”.

No caso dos sistemas de comunicação, sabemos que a mídia tem exercido um papel decisivo para modelar crenças e difundir valores que tanto podem se voltar para a produção de igualdade e justiça social, como também atuar como instrumento ideológico e asséptico de modos específicos de vida, em que o apagamento e a desumanização destes se tornam legítimos e outros não, ocasionando um fenômeno como sendo quase que natural o fato de algumas pessoas terem acesso a direitos e outras, não (MELO; ASSIS, 2014; COTTA; CABRAL FILHO, 2015).

Melo e Assis (2014, p.152) afirmam que:

[...] A exposição à mídia tem um relevante papel de interferir nas formas de ver e pensar acerca das coisas do mundo, operando tanto sobre a dimensão objetiva quanto subjetiva do ator. De um modo geral, os indivíduos são vulneráveis ao processo persuasivo das narrativas midiáticas porque suas posições são de observadores lenientes de uma persistente publicidade que define comportamentos aceitáveis, condições de distinção social e elementos que se incorporam aos indivíduos, dando sentido às suas identidades na estrutura social.

Considerando essa noção de cultura apresentada, podemos nomear de “cultura LGBTfóbica”, combinações de significados e ideias mantidas e compartilhadas através de ideologias, atreladas à inferiorização e desumanização de

pessoas — por serem dissidentes das normas hegemônicas de gênero e orientação sexual — que vivem ou viveram na cidade de Araguaína. Através da cultura, acontecem os modos de organização da vida cotidiana, refletindo na desigualdade em se gozar, de forma igualitária, o campo dos direitos humanos e possibilidades de acesso aos recursos que a cidade oferece à vista de valores compartilhados.

### 3.1 O CONTEXTO DE ARAGUAÍNA E DE ALGUNS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Araguaína é considerada cidade média, que apresenta na rede urbana resquícios deixados pela estruturação fundiária entre as décadas de 1960 a 1980. Nesse período, na maioria dos casos, as pessoas vinham para Araguaína, se instalavam, e ocupavam áreas dentro da cidade de maneira aleatória, sem qualquer documentação que garantisse essa ocupação” (VASCONCELOS FILHO, 2015, p. 1659). As primeiras ocupações no território de Araguaína, antigamente povoado, deu-se por volta de 1876 (VASCONCELOS FILHO, 2011).

Segundo Antero (2016), entre os anos de 1950 e 1970, as migrações foram intensificadas, principalmente por nordestinos, nos anos 1960 com a criação da rodovia Belém-Brasília; se configurando, portanto, como polo de concentração econômica e populacional até os anos iniciais da década de 1990, período em que Palmas foi fundada.

Araguaína, como toda cidade edificada com o intuito de atender aos interesses do capital e não de sua população, tem estampada essa marca na própria urbanização, deixada pela exploração de imigrantes, iniciada na década de 1950, conforme destaque de Antero (2016, p.10):

[...] A fragmentação do espaço urbano é característica da cidade arquitetada pelo capitalismo. A contradição do espaço ocorre com a oferta do encontro da simultaneidade possibilitada pela centralidade, no entanto a separação espacial de classes não permite a todos o encontro. A presença de antigos e recentes migrantes nordestinos residindo em bairros com denominações simbólicas de suas origens, como Vila Piauí e Vila Maranhão são indicativos da urbanização de Araguaína e em função da mobilidade de capital, seguida da mobilidade de trabalhadores para reprodução da força de trabalho, condição inseparável do processo de acumulação.

De forma semelhante, temos também na paisagem urbana transformações e monumentos espalhados pela cidade, escancarando o domínio do fundamentalismo religioso católico, literalmente “concreto”, conforme nos apresenta Desidério, Muniz e Silva (2017):

[...] Em Araguaína, cidade situada ao norte do estado do Tocantins, existe a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, demarcando o centro da cidade junto a mais conhecida e frequentada praça pública, a Praça São Luiz Orione, também conhecida como Praça das Nações ou Praça da Matriz. Além desta edificação, podem ser identificadas outras construções que configuram paisagens ideológicas católicas, em pontos diferentes da cidade, como a réplica da estátua do Cristo Redentor, monumento Orionita Nossa Senhora da Rosa Mística e a Paróquia São José Operário e sua escadaria no setor JK. Construções ligadas à religião católica de Araguaína foram selecionadas e serão apontadas, neste estudo, como paisagens ideológicas da cidade. Não seria possível listar e apontar todas as estruturas católicas, portanto quatro pontos foram selecionados e serão abordados no texto. A intenção deste artigo também não é realizar uma análise do catolicismo e de sua relação com a sociedade araguainense, mas compreender o conceito de paisagens ideológicas e problematizar a presença das estruturas materiais (edifícios, monumentos) na paisagem da cidade e que podem ter contribuído com a reprodução do poder simbólico religioso na comunidade local. Pretende-se contextualizar o conceito de paisagem, de acordo com a geografia cultural, discutir a construção de estruturas artificiais humanas que podem configurar-se em paisagens ideológicas e apontar exemplos de paisagens ideológicas católicas em Araguaína. Para isso teremos uma perspectiva fenomenológica, a partir de uma dimensão hermenêutica de análise (DESIDÉRIO; MUNIZ; SILVA, 2017, p.204).

A ideologia católica — historicamente e atualmente — tem operado de forma poderosa para a produção seletiva da cidadania. Por exemplo, na organização de eventos para a população LGBT na cidade de Araguaína, que trazem “um fiasco de público”, certamente não denota insuficiência estatística da população LGBT; mas, sim, o silenciamento e pessoas enclausuradas em seus privilégios combinatórios ou higienizados pela assimilação do modelo de base: a cisheterossexualidade. Pode ser, também, apenas um reflexo do medo, da violência ou da retaliação social que transita pela vida de pessoas que tiveram coragem de viver em inconformidade com a norma e de dar “literalmente a cara para apanhar”, quando os armários sociais se tornam sufocantes a ponto de ameaçá-los a sublimar o sentido da própria existência.

Figura 1. Evento para o público LGBT em Araguaína

**Falta de apoio e fiasco de público marcam a segunda Parada Gay de Araguaína**

18/09/2011 - 11:08

Tweetar Compartilhar 0 Curtir Seja a primeira pessoa entre seus amigos a curtir isso.

Apesar dos contratemplos e com uma estimativa de público inferior à do ano passado, quando aconteceu em 11 de novembro, a 2ª Parada Gay de Araguaína foi realizada na tarde deste sábado, 17. A concentração aconteceu na Praça do Galo, no Entroncamento da cidade e reuniu gays, lésbicas e simpatizantes.

Fonte: <http://surgiu.com.br/2011/09/18/falta-de-apoio-e-fiasco-de-p%C3%BAblico-marcam-a-segunda-parada-ga/>

O “isolamento social” produzido pela LGBTfobia é vivenciado cotidianamente, de forma explícita ou velada. Conforme defendem Oliveira, Carvalho e Jesus (2020, p. 71), isto acontece “dentro ou fora de casa, em espaços públicos, institucionais ou não.” Esse é o resultado de uma ideologia de dominação. Na perspectiva dos autores, esse tipo de isolamento se configura como paisagem necessária de uma geografia alimentada pelo modelo cisheteronormativo, necessária para vulnerabilizar e aniquilar os corpos desalinhados do modelo ideal difundido na sociedade capitalista; intitulados em suma, como “grupos de risco”, conceito depreciativo e atenuador de inferioridades, frequentemente utilizado no discurso midiático.

Numa perspectiva semelhante, temos um retrato ainda mais incisivo do poder religioso e de suas interlocuções com os interesses do capital, expressas na paisagem urbana da cidade de Juazeiro do Norte (CE), onde:

[...] a imagem do fundador de Juazeiro do Norte está em toda parte. Seja a gigantesca escultura erguida na chapada, seja em tamanho natural na entrada do Cariri Shopping ou em qualquer outro estabelecimento comercial da região. Padre Cícero é uma espécie de garoto propaganda de tudo. Até mesmo numa loja de produtos eróticos localizada no citado shopping é possível ver uma estátua do religioso ao lado de um *banner* com a foto de uma mulher usando peças íntimas vermelhas em uma posição nada ortodoxa (SOUSA; ALVES, 2010, s/p).



Lemos (2017), em sua dissertação de mestrado, apresenta a lamentável situação encontrada em Recife, capital pernambucana, revelando que vulnerabilidade e violência quase sempre vêm associadas ao trabalho sexual — principalmente de travestis e de michês — dos homossexuais. As travestis são responsabilizadas pelas violências que enfrentam; estigmas sobrepostos entorno do trabalho sexual e uso de drogas.

De modo geral, a pesquisa denuncia que o sistema penal tem amenizado, para os agressores, as penas decorrentes da violência homofóbica e transfóbica: “a feminilidade que vulnerabiliza travestis e homossexuais à violência letal, como apontado, isso porque foi possível nos nossos casos que homens reproduzam a lógica da dominação masculina” (LEMOS, 2017, p. 202). Isso reforça que mulheres e homens que apresentam performances reconhecidas e associadas a estereótipos, ficam sujeitos (as) a passarem pela dominação das masculinidades hegemônicas.

Além disso, tais investigações não são realizadas em profundidade. O autor concluiu, ainda, que diante da sobreposição de outros marcadores, como raça e classe, existem diferenças acentuadas, se comparadas com homossexuais brancos elitizados.

Quanto mais aproximados do padrão cisheretonormativo, menor a possibilidade de que a violência urbana chegue a essas vidas. Miranda (2018, p. 341) afirma isso, com base no direito à cidadania. De forma similar, o estudo de Santiago, *et al.* (2022) — realizado na cidade de Campina Grande, na Paraíba — mostrou que as travestis estão mais suscetíveis ao enfrentamento da violência, devido ao percurso ininterrupto de violações que perpassam a existência dessas pessoas.

As exclusões simultâneas intercruzam o cotidiano de instituições importantes em nossa sociedade. Isso acontece principalmente, na explicação dos autores, por duas razões específicas: a ruptura com as imposições normativas do gênero e pelos estigmas oriundos do trabalho sexual, que passam pelo julgamento moral e diretamente reduz essas pessoas a vetores de transmissão de doenças.

Sobre a realidade de homens transexuais da cidade de Ponta Grossa (PR), o estudo de Santos e Ornat (2018) apontou a existência de dois sentimentos crônicos ao longo da vida: o medo e a culpa. O primeiro, vincula-se às experiências vivenciadas pela rejeição no âmbito familiar e escolar e, a seguinte, pelas barreiras

que surgem devido à transição de gênero, fortemente marcada pela falta de aparato no campo da saúde, como hormonização e cirurgias com o acompanhamento adequado. Na esfera social, negação do nome social e prejuízos no campo laboral.

Rêgo (2021) apresenta, em sua dissertação, o conceito de “afronecrotransfobia”: a ausência de ações e o descaso do Estado pela perspectiva interseccional, em relação às vidas que enfrentam conjuntamente os efeitos nefastos da transfobia e do racismo no estado do Goiás. A autora ressalta o descaso em relação às particularidades de travestis e transexuais que lá residem, chamando à atenção as dificuldades encontradas para que sejam beneficiadas no âmbito das políticas públicas voltadas para a educação. A autora assinala, ainda, o seguinte:

[...] Apagar das narrativas oficiais e o conhecimento produzido ao longo da história é negar as estas populações o direito de memória e legado e esvaziar de significado o presente, negar acesso à Educação, principalmente de qualidade, discriminar nos processos pedagógicos, negar no futuro a possibilidade de ascensão política, social e econômica os condicionando a um ciclo infindável de subalternização sob o signo de morte. O racismo e a transfobia epistêmicos são, assim, responsáveis por sedimentar dentro das universidades que lugares de legitimação do conhecimento desigualdades, que conta com um complexo e especializado sistema de manutenção de hierarquias raciais que dia após dia mantém e gera privilégios para uns, em detrimento de outros (RÊGO, 2021, p.107).

Em outro estudo, realizado em Ponta Grossa (PR), Cabral, Ornat e Silva (2013) explicam que:

[...] o espaço, por sua vez, é elemento componente da ordem social e funciona tanto como reprodutor das normas, como possibilidade de transgressão, já que as pessoas vivem por meio do desenvolvimento de espacialidades (CABRAL, ORNAT E SILVA, 2013, p.160).

As travestis, dentro do grupo LGBT, estão mais expostas à violência na cidade de Ponta Grossa (PR) e, portanto, são mais vulneráveis, já que, além de romperem com as normativas impostas pelo binarismo dos corpos, utilizam, como território, a rua; que lhes oferece as mesmas possibilidades de exercer atividades na prostituição. A exposição direta de seus corpos as assujeitam à condição facilitada de perigo (CABRAL; ORNAT; SILVA, 2013). Outra pesquisa realizada com travestis na cidade de Mossoró (RN) mostrou que o município é considerado violento devido à submissão reiterada desses corpos à violência física e simbólica (AZEVEDO; PEREIRA, 2020).

Segundo as autoras, os municípios maiores e as metrópoles asseguram possibilidades mais vantajosas de as travestis conseguirem performatizar suas identidades. Por outro lado, numa esfera mais ampla, em municípios menores, estes

[...] apresentam elementos de maior conservadorismo, tais como vínculos religiosos, relações de vizinhança mais próxima, pouca abertura para as transformações sociais (CATTANI; LAGO; VARGAS, 2021, p. 3).

A problemática da influência da cultura religiosa e sua articulação com as vivências travestis é discutida no estudo de Sousa e Alves (2010), produzido em Juazeiro do Norte (CE) que, na figura de “Padre Cícero”, teve aparato para tornar-se importante polo comercial e religioso na região nordeste do país. Fortemente ancorada nos princípios católicos, a cultura atrai milhares de pessoas para rituais religiosos todo ano e, na mesma medida, acaba potencializando o mercado do sexo. O reconhecimento das normativas de gênero nos corpos é o que Butler (2019) vai chamar de performatividade, reiterando pelo que é típico do gênero também no discurso. A autora explica o seguinte:

[...] as normas do sexo trabalham de forma performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual (BUTLER, 2019, p. 16).

Ainda que os corpos tenham sua performatividade repudiada pela religião, é justamente isso que, de alguma forma, assegura a elas alguma possibilidade de trabalho, bem como a chance de conseguirem realizar transformações em seus corpos.

Com isso, no capítulo a seguir serão apresentadas as bases que delineiam o discurso como método de estudo, buscando compreender, de forma aprofundada, o sentido expresso ou velado das comunicações a partir das reportagens que serviram de base para realização da presente pesquisa qualitativa.

## 4 O PERCURSO METODOLÓGICO

*Pesquisar a dor do outro diante dessa proposta não quer dizer homogeneizar-se, significa, em contrapartida, estranhar-se. É colocar a si mesmo em suspenso para poder enxergar uma dinâmica que já foi familiarizada, pois esteve dada desde um primeiro momento.  
(Sofia Favero, 2020.p.13)*

Como a linguagem é produtora de sentidos, utilizamos a expressão “pauta” na intenção de destacar que é através do funcionamento dela que se forma a cultura. Para isso, o aparato teórico e metodológico da Análise do Discurso, abordagem valiosa para conduzir pesquisas de natureza qualitativa, onde o “principal material empírico são textos, sejam documentos oficiais, entrevistas, reportagens, textos publicitários, dentre tantos outros tipos de texto passíveis de serem materiais de pesquisa” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 73) e, no intuito de analisar as reportagens e o conteúdo LGBTfóbico, utilizar-se-á a vertente de corrente francesa, pois, segundo Orlandi (2013), o enfoque principal é a produção de ideologias que fomentam a produção do universo de representações e, a partir disso, formas de pensamento e de ação no campo da coletividade.

Para a realização do presente de estudo, de natureza interdisciplinar — já que se ancora no diálogo entre diferentes campos do saber e do conhecimento —, o prefixo “inter”, conforme assegura Santos (2007), sugere basicamente que, em pesquisas dessa natureza, exista troca e reciprocidade entre estudos e diferentes áreas. O foco da investigação destina-se a compreender formas específicas de pensamentos, expressas através da linguagem, potentes para organizar os modos de viver na cidade de Araguaína, além de cristalizar valores e se expressar na cultura. Por isso, estudos dessa natureza, além de serem importantes para compreender melhor certas manobras adotadas para naturalizar a violação de direitos na população LGBT local, pode subsidiar, na esfera das intervenções, possibilidades mais sensíveis de inclusões na localidade estudada. Em concordância com Pombo (2003), considera-se que, para além da troca de informações, sua grande potência está no apêndice; naquilo que é complemento, um outro olhar para compreender, em profundidade, o que se é investigado neste trabalho.

Para tanto, a interlocução possível entre o objeto de investigação se configura como uma pesquisa social que, de acordo com Ramos e Marcondes (2018), não

busca nos tradicionais moldes estatísticos e experimentais a validação científica, mas, sim, “em constructos teóricos que levem em rigorosa consideração, a natureza múltipla e subjetiva da realidade, identificando os contextos em que os fenômenos ocorrem, bem como os processos a eles subjacentes para que sua singularidade seja apreendida.” (p.183). Ainda com base nos autores, os sentidos expressos por meio das narrativas são capazes de trazer à tona valores e crenças, fortemente influenciados por inclinações ideológicas. Portanto, a ação do pesquisador, resumidamente, se dá quando:

[...] Interpreta e analisa as informações e as apresenta por meio de narrativas cuja linguagem é baseada na lógica, nas teorias e nos métodos desenvolvidos no interior paradigmas das disciplinas em que atua. Do ponto de vista metodológico, o avanço tem sido notável e, hoje em dia, dependendo da abordagem e do tipo de análise que o investigador pretenda fazer, inúmeros caminhos estratégico-metodológicos estão à sua disposição, alguns completamente qualitativos, outros mesclados (RAMOS; MARCÓNDES, 2018, p.184).

Por conseguinte, a base metodológica utilizada para amparar a investigação sobre a disseminação do conteúdo LGBTfóbico, no contexto estudado: a Análise do Discurso (AD) de corrente francesa; uma vez que através das notícias tornou-se possível verificar a existência e propagação de ideologias dominantes que são contundentes para a reprodução e manutenção da cultura LGBTfóbica em Araguaína.

Segundo Orlandi (2013), o sentido é a captura do simbólico, daquilo que o homem revela enquanto sujeito histórico e social; permitindo com isso o aprofundamento na capacidade humana de produzir significados e de significar-se. Em especial, a Análise do Discurso Francesa (ADF), que vem abarcando — desde a década de 1960, no bojo de suas análises — três campos importantes interconectados, sendo eles: Linguística, Marxismo e Psicanálise.

Em suma:

A Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux nos meados dos anos 60 do século XX, na França, pode ser lida, se não de uma forma direta e explícita, de forma indireta e implícita, como uma das respostas produzidas ao acontecimento de Maio de 68. A conjuntura sócio-histórica da França, em especial, da Paris de 1968, era composta de uma espécie de fúria estudantil contra os valores tradicionais e a favor da “liberdade” (de pensamento, de expressão), em prol da conquista dos direitos das minorias (trabalhadores, mulheres, homossexuais, não-brancos, etc.), da reforma do ensino nas Universidades, etc., em confluência com a postura crítica dos formadores de opinião, pensadores dos mais diversos campos do saber que sustentavam algo de novo, especialmente nas Universidades, e que faziam uma contraposição aos Psicologismos, Sociologismos, Logicismos e empirismos gerais da ciência positivista vigente na época (PATTI, et. al., 2017, p. 222).

Em relação ao que é expresso no discurso, Orlandi (2013) diz que inconsciente e ideologia se fundem. Portanto, vislumbra-se com isso, compreender um pouco melhor como as ideologias construídas em torno da LGBTfobia foram alimentadas e mantidas no pensamento social.

Como forma de organização e sistematização das análises da presente investigação, foram eleitas duas categorias principais, no intuito de apurar os sentidos atribuídos pelos veículos de imprensa ao produzirem os conteúdos estudados. Para isso, com base na sequência LGBT, na primeira categoria estudar-se-á a linguagem jornalística em relação às orientações sexuais dissidentes. Dando continuidade, o mesmo objetivo foi adotado em relação às dissidências de gênero.

Desse modo, foram extraídos trechos das reportagens que se interconectavam com o tema principal: a LGBTfobia. Como estratégia de investigação, foi utilizado o buscador “Google”, no intervalo de um ano, iniciando-se em 30 de janeiro de 2021 e finalizado em 30 de janeiro de 2022. A busca do material deu-se através do uso de sinônimos referentes aos tipos e variações de situações no espectro da LGBTfobia e que fizesse menção à cidade de Araguaína. Embora a intenção não fosse levantar reportagens produzidas apenas na última década, salientamos que não foi encontrada nenhuma reportagem anterior ao ano de 2012. No total, foram encontradas e lidas —na íntegra — 28 reportagens. Durante o processo de seleção e sistematização do material de análise, aquelas que apresentavam conteúdo replicado — ou que não abordavam diretamente os interesses da pesquisa — foram excluídas. Assim, 13 reportagens traziam aspectos dinâmicos da localidade estudada e, portanto, foram selecionadas, conforme ordem cronológica organizada na tabela a seguir:

Tabela 2 – Lista das reportagens analisadas

N.	Autores	Ano	Título	Objeto
1	Cidadeverde.com	2012	Corpo de professor piauiense achado morto no TO é velado hoje	Homofobia
2	Já É Notícia	2014	Advogado morre durante programa com travesti dentro do próprio carro	Transfobia
3	Metrópolis	2016	Pai é suspeito de estuprar filha lésbica para fazê-la “virar mulher” e gostar de homem	Lesbofobia
4	FAUSTINO, Emílio	2017	Travesti de Araguaína morre depois de ser brutalmente agredida	Transfobia
5	REDE TO	2017	Preconceito pode ter motivado incêndio de casa em Araguaína	Transfobia
6	oprogressonet.com	2018	Travesti acusado de homicídio em	Transfobia

			Araguaína é preso em Imperatriz	
7	G1 Tocantins	2019	Travesti é morta a tiros durante discussão por celular em Araguaína	Transfobia
8	GAZETA DO CERRADO	2019	Associação repudia assassinato de travesti em Araguaína: "Vidas transformadas em números"	Transfobia
9	COSTA, Márcia	2019	Suposto cliente mata travesti com tiro na cabeça em ponto de prostituição em Araguaína	Transfobia
10	T1 Leitor	2021	Jovem quer justiça após ser agredida em bar de Araguaína por ser lésbica	Lesbofobia
11	G1 Tocantins	2021	Vereador de Araguaína é acusado de homofobia por fala contra jornalista em discurso na Câmara	Homofobia
12	GAZETA DO CERRADO	2021	Polêmica em Araguaína: vereadores repudiam história de amor entre dois homens divulgada por Prefeitura e episódio Gera Repercussões.	Homofobia
13	Araguaína Notícias	2022	Vereadores de Araguaína investigados por homofobia não comparecem à 1ª audiência do MP.	Homofobia

Fonte: o próprio autor.

A análise do material nos deu pistas analíticas acerca da produção de conflitos no webjornalismo em algumas reportagens que pronunciavam abertamente discursos contraditórios, com distorções conceituais e, ao mesmo tempo em outras situações, possibilitou visibilidade às vozes anônimas. Nestas reportagens, o sofrimento e as consequências da discriminação das pessoas que representam a sigla não foram ignorados.

## 5 RESSONÂNCIAS DA LGBTFOBIA A PARTIR DA ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Partindo do pressuposto de que sexo e gênero são construções culturais, é importante que se possa, através da linguagem “descrever, conhecer estruturas de significação” (ZANELLO, 2020, p.30), uma vez que é na cultura que os significados valorativos ou depreciativos em torno do sexo e do gênero são construídos. Estudar seus efeitos, a partir do que “a linguagem entrega”, pode ser uma forma interessante de se compreender como as relações sociais são fundadas, pois nesse processo, a linguagem — para Zanello (2020, p. 34-35) — deve ser

[...] entendida não apenas como mera etiqueta sobre uma experiência universal, mas como processo mediador simbólico, que permite que certas experiências (corporais e mentais) venham a se configurar e ocorrer de determinada forma. O próprio corpo é compreendido, portanto, como sendo situado e socializado, diferentemente de uma visão do corpo como “último nível” biológico e universal, indiferente à cultura. O corpo apesar de limitado é plástico. Os corpos existem em interação, mais do que entidades isoladas. Nesse sentido, a base biológica seria responsável não apenas pelas similaridades em diferentes culturas, mas também o que tornaria possível, a enorme variedade de linguagens, culturas, padrões sociais.

Na cultura sexista de base heteronormativa, a condição de cidadania está diretamente atrelada ao enquadramento posto pelos modelos hegemônicos de sexo e gênero, utilizados em um “determinado momento histórico para justificar desigualdades sociais” (ZANELLO, 2020, p.42), sendo inicialmente as diferenciações entre “homo e hétero”, pontos balizadores para impor hierarquias em torno da sexualidade (BORRILLO, 2010), posto que “por meio de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas” (LOURO, 2000, p.11).

Dessa forma, a partir dos discursos apresentados nos noticiários a seguir é possível — através da AD e dos estudos acadêmicos, pautados no olhar dos estudos queer — desvelar que a LGBTfobia é mantida culturalmente na cidade de Araguaína, tem objetivos bem definidos, alinhados à manutenção de privilégios de um determinado grupo social na cidade.



## 5.1 ORIENTAÇÕES SEXUAIS

### 5.1.1 Lesbofobia

Neste eixo analítico, a expressão “Lesbofobia” é empregada para descrever um vasto grupo de violências, destinado às orientações sexuais femininas, onde há investimento de natureza afetiva e sexual entre pessoas do mesmo gênero.

Em uma cultura estruturada a partir da dominação soberana dos homens sobre as mulheres, muitos discursos infundados são difundidos no sentido de desqualificar as lesbianidades, seja com base em experiências frustradas no âmbito sexual/afetivo com homens ou, ainda, por vivências traumáticas “seja na infância, seja na adolescência ou vida adulta, geralmente no âmbito sexual: abuso sexual, violência sexual, estupro; e, por último, a proposição da mulher pouco atraente que os homens não quiseram” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010, p.730-731).

Os autores consideram que a ruptura com a dicotomia homem/mulher subverte o lugar da mulher — daquela que deve estar à disposição de um homem — visto que abandonam a condição de objetos quando não dirigem investimentos à figura do homem, culturalmente colocado no lugar de superioridade e vão para o lugar de corpos desejanter, abalando a dominação masculina, a partir do momento que rompem com os moldes impostos do que é ser mulher e passam a

[...] falar abertamente sobre masturbação, sexo, apontando a possibilidade de separação entre amor e sexo é mais um dos quesitos que constitui a categoria “menos mulher”, pois o desejo carnal é do homem, sendo o sexo por sexo um comportamento, exclusivamente, masculino, enquanto a “verdadeira mulher” é nutrida pelo amor e docilidade. Ante o exposto, vivenciar a lesbianidade acaba por agravar todos os elementos da referida categoria, estando agora diante da menina-macho enquanto representação e performance, fechando assim o compilado (OLIVEIRA, 2020, p. 316).

Comumente, algumas produções discursivas do cotidiano reforçam a dominação masculina, tais como: “quando se fala de um casal heterossexual, dificilmente se fala “o homem da ...”, mas “a mulher do ...”. A categoria mulher, perante o homem, é propriedade, é objetificada” (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010, p.744).

Outra forma de objetificação do corpo lésbico se expressa pela mercantilização da pornografia, considerada por Zanello (2020) como uma

tecnologia de gênero, utilizada em nossa cultura sexista, marcada pelo binarismo sexual. No caso do pornô lésbico, este “é igualmente produzido para o consumo do homem heterossexual, não representando práticas sexuais lésbicas reais” (RIBEIRO, 2020, p. 590), no intuito de atender a virilidade sexual — posta como incontrolável — de homens heterossexuais, ou seja, através da indústria cultural, os corpos lésbicos na pornografia são colocados na condição de mercadoria, voltados a atender os fetiches e necessidades sexuais do macho dominante.

A respeito disso, Oliveira (2020, p.317) diz o seguinte:

[...] a indústria pornográfica fomenta a deslegitimação desses relacionamentos, pois exhibe de maneira grotesca o “ato sexual”, com a presença, muitas vezes, de um homem em cena. É relevante apontar que a fetichização desses corpos se faz mais presente quando estão imersos nos padrões estabelecidos [...]. Sintetizando, constata-se que as marcas deixadas pelo social nessas mulheres as qualificam, aqui, como invertidas ou abomináveis, ali, como “machonas” ou uma “mulher não verdadeira”, além de as classificarem enquanto lugar, por excelência, de satisfação sexual masculina, tendo a legitimidade de sua existência subtraída.

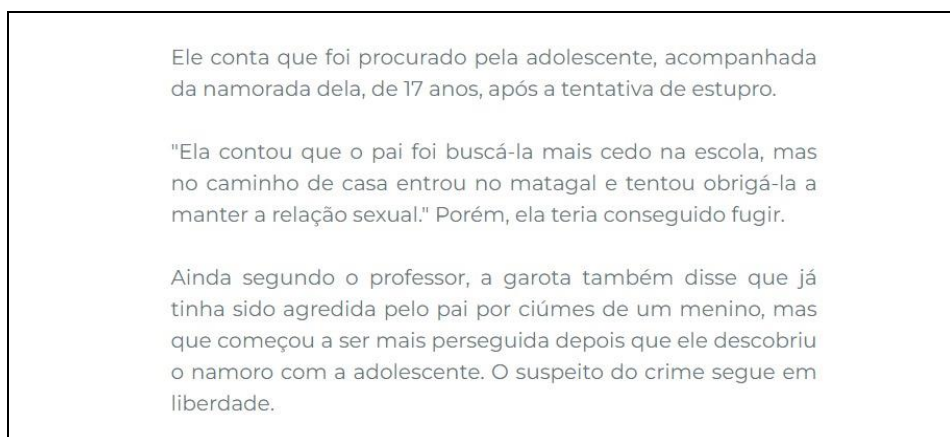
Segundo a reportagem divulgada em 13/01/2016, o “estupro corretivo” — executado pelo próprio pai, direcionado à filha, uma adolescente que na época tinha 14 anos — foi utilizado como alternativa para que a filha virasse mulher e voltasse a gostar de homem.

Figura 2. Lesbofobia



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/pai-e-suspeito-de-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher-e-gostar-de-homem?amp>

Figura 3. Ajuda do professor



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/pai-e-suspeito-de-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher-e-gostar-de-homem?amp>

Sobre isso, Souza e Nichning (2020, p. 181-182) dizem o seguinte:

[...] a cultura de estupro e a heterossexualidade compulsória criam meios que facilitam o surgimento do estupro corretivo como uma maneira de “ajustar” socialmente esta mulher que é “errada”, uma vez que, a sociedade sendo patriarcal e heterossexual, a mulher lésbica é totalmente uma desviante, se tornando duplamente vulnerável, pois está totalmente à margem do “padrão” e da “norma”. A correção é colocada como “aprender” a gostar das práticas sexuais com homens, ou heterossexuais, transparecendo que as mulheres lésbicas somente praticam atos sexuais entre mulheres porque não aprenderam de outra forma e, a partir do momento que há uma imposição violenta do sexo heteronormativo, as mulheres irão “aprender” a sexualidade correta e desejada, que se destina à procriação, o destino das mulheres.

Em nossa cultura — uma cultura patriarcal —, as lesbianidades são questionadas e tidas como falhas não aceitáveis não se ser verdadeiramente mulher, já que as mulheres lésbicas rompem com essa dicotomia por não estarem no lugar da permissividade, docilidade e à disposição de um homem.

O estupro — enquadrado como crime hediondo no Brasil — tem sido utilizado como alternativa violenta a fim de “recuperar” mulheres destoantes da heterossexualidade. Na cultura patriarcal ele é, também, resultado de toda uma ideologia difundida de que ao homem cabe regatar a domesticidade feminina e realocar a mulher em sua condição inerente de subalternidade (SOUZA; NICHNING, 2020).

Frisamos que os enfrentamentos da lesbofobia são diferentes da homofobia. Afrontar um homem seria subverter o papel daquilo que a cultura misógina coloca como “mulher de verdade”, reiterado pelo lugar de passividade e silenciamento, pois “as relações lésbicas não lidam apenas com os entraves que a sexualidade não-heterossexual gera; mas; também, com toda bagagem histórica de misoginia” (OLIVEIRA, 2020, p. 316).

Na cultura patriarcal, uma mulher que argumenta sobre os posicionamentos masculinos tende a gerar aversão nos homens, conforme pode ser observado na reportagem divulgada em 04/02/2021. Num ambiente de descontração, uma jovem se irrita com um homem desconhecido que, sem sua permissão, a filmava dançando. Pelo prisma do machismo, a vítima deveria “corresponder aos padrões de gênero esperados de seu sexo: ser fisicamente atraente, feminina, e, por isso, desejável (TOLEDO. TEIXEIRA FILHO, 2010, p.734).

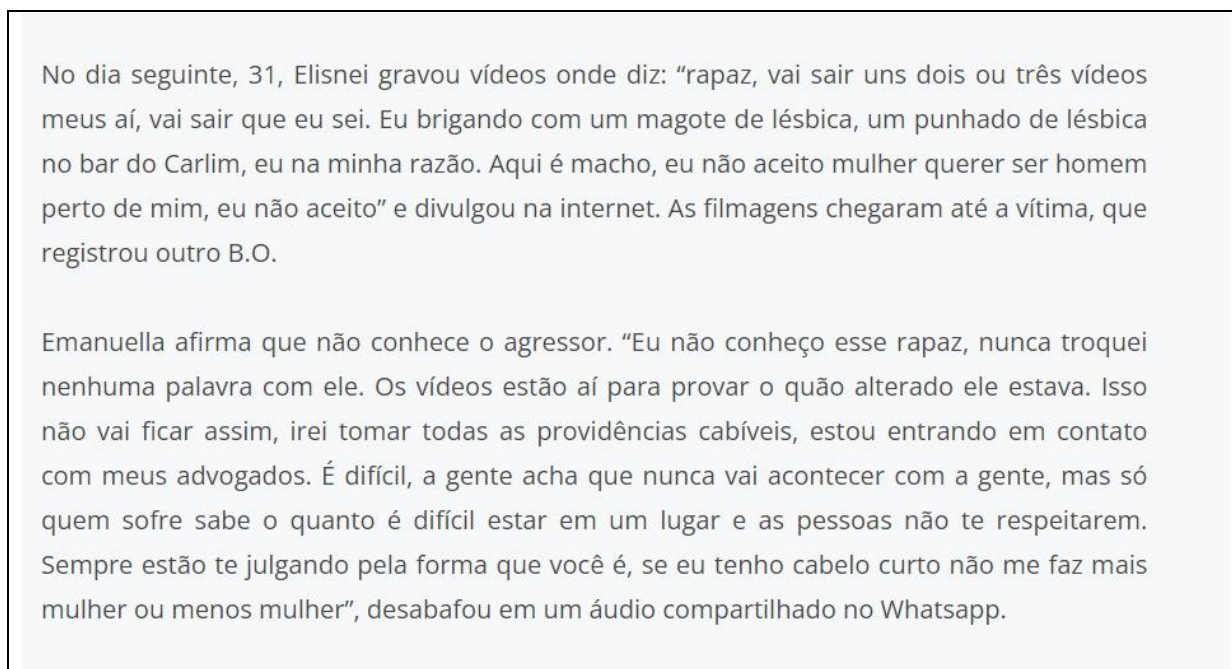
Figura 4. Lesbofobia em um bar de Araguaína



Fonte: <https://www.t1noticias.com.br/cidades/jovem-quer-justica-apos-ser-agredida-em-bar-de-araguaina-por-ser-lesbica/116070/>

Filmar alguém sem o devido consentimento da pessoa filmada se configura como violência psicológica; entendida, na perspectiva de Albuquerque, *et. al.* (2016, p. 101) como aquela que pode agrupar “agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringir sua liberdade ou, ainda, isolá-la do convívio social.”

Figura 5. Lesbofobia divulgada pelo webjornalismo



Fonte: <https://www.t1noticias.com.br/index.php/cidades/jovem-quer-justica-apos-ser-agredida-em-bar-de-araguaina-por-ser-lesbica/116070/>

Embora o rapaz envolvido tenha pedido desculpas pelo ocorrido, filmar sem consentimento uma mulher dançando — uma atitude violenta —, em sua

perspectiva, ao que parece, é tido como comportamento natural e triunfal. Fica claro que seu intuito foi o de desqualificar a vítima. Isso, pela ótica de Hall (2016), tem relação direta com os significados culturais decorrentes de uma cultura patriarcal, onde o masculino detém o poder e a dominação sobre os corpos femininos (TOLEDO; TEIXEIRA FILHO, 2010; SOUZA; NICHNING, 2020).

### 5.1.2 Homofobia

Aqui, a expressão “homofobia” não é utilizada no mesmo sentido do termo “guarda-chuva”, usado para descrever de modo genérico os tipos e variações da violência destinada aos indivíduos que integram a sigla LGBT; mas, sim, como sinônimo de gayfobia, ou seja, um termo empregado para detalhar violências constituídas contra a orientação sexual de homens que se sentem atraídos sexual ou afetivamente por pessoas do mesmo gênero, conforme mostraremos nas páginas seguintes deste tópico.

Na reportagem de 10/11/2012, que exibia o assassinato brutal de um homem em Araguaína, lia-se, em um trecho específico, que “*a vítima era homossexual assumido*”; induzindo a ideia de que, se tivesse ficado no armário, teria sido mais seguro; responsabilizando, assim, a vítima pelo acontecido. Ser assumido, aparece como parece: como expressão direta do consentimento da vítima, que poderia ter evitado expor uma sexualidade, supostamente ilícita.

Figura 6. Professor é morto



Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/117742/corpo-de-professor-piauiense-achado-morto-no-to-e-velado-hoje>

Figura 7. Homofobia e morte em Araguaína



Fabriciano Borges, 39 anos, foi encontrado com pés, mãos e pescoço amarrados a fios de energia na última quinta-feira (8). A vítima era homossexual assumido, mas o delegado Fernando Rizéro Jaime descarta a possibilidade de crime homofóbico. Para ele, o delito pode ter ligações com questões sindicalistas e políticas. Já o Sindicato disse acreditar em homofobia.

Fonte: <https://cidadeverde.com/noticias/117742/corpo-de-professor-piauiense-achado-morto-no-to-e-velado-hoje>

Diante disso, o armário é

[...] uma estrutura definidora da opressão, fortalecendo a cultura heterossexista e cissexista, explicitando que, enquanto a heterossexualidade e a cisgeneridade são naturalizadas e públicas, a homossexualidade e a transgeneridade devem permanecer no campo privado, sendo consideradas não-naturais e, assim, devem ser ocultas dentro do armário (CARVALHO; MACEDO JÚNIOR, 2017, p.109).

O terror e a tortura não apenas têm o intuito individual de atingir a pessoa reduzida à categoria de sub-humana, mas é também “uma espécie de aviso de que suas vidas valem menos” (MEDEIROS, 2019, p.390). A reportagem reporta a vítima ao exótico. O assassinato em questão foi minimizado e moralizado e, sua vida, tratada como se fosse sem qualidades; portanto, um acontecimento comum.

Na reportagem, datada de 12/05/2021, a pauta foi a seguinte:

Figura 8. A fala

## Vereador de Araguaína é acusado de homofobia por fala contra jornalista em discurso na Câmara; Veja o vídeo

Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/05/12/vereador-de-araguaina-e-acusado-de-homofobia-por-fala-contra-jornalista-em-discurso-na-camara-veja-o-video.ghtml>

Um vereador de Araguaína, ao ser sinalizado e questionado por um jornalista sobre não usar máscaras durante as sessões da câmara legislativa do município — em um período em que a contenção da pandemia era pequena —, o vereador, também sargento, proferiu falas ofensivas de aviltamento ao jornalista: “*o que o namorado está dando para ele não está servindo. Está pequeno.*” Ao fazer menção ao pênis do suposto parceiro do jornalista, o vereador teve a intenção de colocá-lo numa condição de rebaixamento, em detrimento da associação feita com a figura feminina, uma vez que o discurso de ódio, travestido de liberdade de expressão, inferioriza o jornalista, por colocá-lo simbolicamente na condição de mulher.

Figura 9. A justificativa do vereador homofóbico

"Hoje sou matéria de capa em um site... O jornalista, eu respeito a sua opção sexual, mas é a dele e não a minha. Como a gente é uma figura pública, a gente foi colocado pelo povo e tem que dar exemplo. Mas tem pessoas que eu acho que não tem o que fazer, talvez tem o que trocar de namorado porque o que o namorado está dando para ele não está servindo. Está pequeno".

Fonte: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista-e-vitima-de-homofobia-apos-reportagem-sobre-desrespeito-ao-uso-de-mascaras/>

Com base nas reflexões teóricas de Oliva (2015, p. 24) o discurso de ódio, se configura como um dos tipos de violência LGBTfóbica, pois:

[...] reproduz o heterossexismo – uma ideologia alicerçada na hierarquia das sexualidades-, contribuindo de forma decisiva para o aumento da hostilidade frequente a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Ademais, resulta na internalização de preconceitos e estereótipos por parte das próprias vítimas, trazendo uma série de consequências nefastas à sua autoestima. É esse discurso que tem encontrado eco no âmbito das instituições como a família, a escola e a mídia, alimenta uma ordem social de exclusão e constrói uma ideologia que se encontra por trás da permanente violação de direitos de indivíduos LGBT.

Esse tipo de situação, na visão de Saez e Carrascosa (2016) abre espaço para que homens, colocados nessa condição, tornem-se alvos diretos de violências simbólicas e, na esfera das violências físicas, sejam vítimas de agressões ainda mais brutais.

Saez e Carrascosa (2016) explica que homens que apresentam performances tidas como femininas estão mais propensos a serem vítimas de violência e intolerância, por associações produzidas em torno da penetração anal, lugar culturalmente colocado para mulheres, enquanto receptoras do pênis. Nas palavras do autor,



[...] ser passivo ou ativo se associa historicamente a uma relação de poder binário; dominador-dominado, amo-escravo, ganhador- perdedor, forte-fraco, poderoso, submisso, proprietário-propriedade, sujeito-objeto, penetrador-penetrado, isso tudo dentro de um esquema subjacente de gênero: masculino-feminino, homem-mulher (SAEZ; CARRASCOSA, 2016, p. 30).

A desqualificação do tamanho do pênis aparece atribuída como masculinidade frágil, devido ao lugar simbólico do poder associado ao lugar de dominação e privilégios da força. Neste caso, a expressão “*está pequeno*” coloca o jornalista na mesma condição de mulher, uma vez que, através das palavras, foi desabastecido dos atributos de força, associados à virilidade sexual.

Como um homem, colocado na condição de alguém com atributos supostamente femininos, pode ousar defender interesses coletivos diante de outro que se intitula “macho”, “heterossexual”, “militar”, ensinado a responder, sob uso da força: “sim, senhor” e “não, senhor”? Este último, mesmo tendo acesso à informação e consciência sobre os perigos associados ao descuido — no que diz respeito às medidas de prevenção em relação à contenção do avanço da pandemia —, não pode ser questionado por quem, hipoteticamente, ocupa um lugar de inferioridade. O que parece ser apenas uma convicção pessoal, deve ser observado por entre os contornos políticos, históricos e sociais que fundamentam esse tipo de comportamento na cultura, conforme explica Borrillo (2018, p.156-157):

[...] Há bastante tempo homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais sofrem agressões físicas e morais intensas: assassinatos, espancamentos, ofensas verbais, demissões de emprego e exclusão escolar são vergonhosamente frequentes e terríveis. Essa dinâmica é alimentada, direta e indiretamente, por opiniões intolerantes e atitudes frente a tudo o que contrarie a mentalidade heterossexista.

Figura 10. O machismo

O vereador Sargento Jorge Carneiro (PROS), de Araguaína, está sendo acusado de homofobia por declarações feitas em um discurso realizado na Câmara Municipal da cidade. Na tribuna, o parlamentar se dirigiu a um profissional da imprensa fazendo comentários de cunho sexual. Ele chegou a dizer que o homem precisava 'trocar de namorado' e que 'tinha vontade de usar saia'. **(Veja o vídeo acima)**

Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/05/12/vereador-de-araguaina-e-acusado-de-homofobia-por-fala-contrajornalista-em-discurso-na-camara-veja-o-video.ghtml>

O fato de não questionar seus privilégios inerentes à heterossexualidade faz com que não consiga legitimar o outro como cidadão de direitos. No julgamento pessoal do vereador, o jornalista “tinha era vontade de usar saia”. Fica claro que não houve qualquer constrangimento pessoal por parte do agressor durante a reportagem, haja visto que expressou risadas de deboche, audíveis e perceptíveis nas gravações e, inclusive, quando fez outro comentário, em tom de ironia, dirigindo-se ao jornalista: *“tem pessoas que não têm o que fazer em casa, gostam de outro tipo de microfone e ficam te queimando o filme”*, onde gargalhadas ao fundo foram partidárias ao discurso do vereador. Fica explícito, a partir do que diz Borrillo (2010), que a prerrogativa de que a homossexualidade é considerada um defeito pessoal ou um atributo negativo da personalidade — neste caso, do jornalista — faz com que o vereador coloque a vítima na condição de provocador, por contrariar quem está posicionado numa condição de superioridade.

Em outra situação, na reportagem de 14/06/2020, um casal de homens — ambos funcionários públicos da prefeitura de Araguaína — foi homenageado no Dia dos Namorados pela assessoria de comunicação da prefeitura, pelo casal estar unido há mais de 17 anos e ser oficialmente — por lei — o primeiro casal do estado do Tocantins.

Figura 11. Dia dos Namorados



Fonte: <https://gazetadocerrado.com.br/polemica-em-araguaina-vereadores-repudiam-historia-de-amor-entre-dois-homens-divulgada-por-prefeitura-e-episodio-gera-repercussao/>

Na ocasião, dois vereadores se posicionaram contra e manifestaram repúdio, através do Instagram.

Figura 12. O repúdio dos vereadores

Para celebrar o Dia dos Namorados, a Prefeitura de Araguaína fez uma série de publicações para contar histórias de quatro casais que residem no município, uma delas foi a dos funcionários públicos Paulo Egídio Rosa, de 40 anos, e Pedro Lima Rosa, de 56 anos, que celebraram o primeiro casamento homoafetivo no Tocantins. A iniciativa do Paço não foi bem recebida pelos vereadores Ygor Cortez (PV) e Marcos Duarte (SD), que manifestaram repúdio nas redes sociais. Os dois já foram denunciados ao Ministério Público (MPE) por homofobia.

#### **Tema ideológico**

Ygor Cortez divulgou um vídeo para expor a insatisfação com a iniciativa da Prefeitura de Araguaína. “Eu quero trazer o meu repúdio. Em primeiro lugar, a Ascom [assessoria de comunicação] é um órgão pago com dinheiro público da qual não precisa trazer temas ideológicos que ferem religiões da nossa cidade. Respeito a opinião e opção de todos, mas não concordo que o dinheiro público seja usado para pessoas defenderem pautas e ideologias”, argumentou o pevista.

#### **Apologia a homossexualidade**

Já Marcos Duarte recorreu a uma nota de repúdio, que seguiu com o raciocínio de que a publicação do município teria teor “ideológico”. “O vereador repudia a ação da assessoria de comunicação que usou os perfis e o site da prefeitura para fazer apologia a homossexualidade. [...] Não concordo que o dinheiro do povo seja gasto em tais campanhas midiáticas de incentivo a pautas ideológicas”, disse em texto também publicado nas redes sociais.

Fonte: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/ygor-cortez-e-marcos-duarte-repudiam-campanha-de-araguaina-que-celebrou-1o-casal-homoafetivo-do-tocantins-somos-denuncia-vereadores-por-homofobia/>

Nota-se que o uso da expressão “ideologia”, aparece usada de forma pejorativa, para expressar abertamente que ambos não reconhecem que deva existir, de modo equânime, a cidadania possibilitada pelos direitos do matrimônio acessível a qualquer casal heterossexual.

Figura 13. O comportamento dos vereadores



Fonte: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/ygor-cortez-e-marcos-duarte-repudiam-campanha-de-araguaina-que-celebrou-1o-casal-homoafetivo-do-tocantins-somos-denuncia-vereadores-por-homofobia/>

Pela perspectiva de Vecchiatti (2018), o comportamento dos vereadores induz a população a manter um sistema de crenças, de legitimar a naturalização de abismos sociais entre pessoas heterossexuais e aquelas que não são, de forma meticulosa e intencional. Outra questão, ainda baseada no autor, diz respeito ao uso da expressão “ideologia”, utilizada no sentido inadequado, uma vez que a diversidade sexual existe concretamente e se apresenta no campo da materialidade; não havendo, portanto, qualquer necessidade de comprovação empírica para afirmar que isso é uma verdade.

Nesta reportagem, é possível verificar o que Oliveira (2019, p. 13) assinala quando diz ser comum que a internet seja usada para atender o “mero desejo de despejar concepções carentes de qualquer articulação mais elaborada ou fundamentada.” Nota-se que os vereadores não dão possibilidades de diálogo,

produzindo a anulação da alteridade, pois é comum que o uso da internet também se volte para “atender e sustentar determinados interesses não pronunciados, sedimenta-se na manipulação ideológica de notícias e informações a serem veiculadas na grande mídia, controlada por poderosos grupos empresariais (OLIVEIRA, 2019, p.14).

Figura 14. O combate a homofobia no webjornalismo

**Constituição Federal ignorada pelos vereadores**

Diante da manifestação dos parlamentares, o Coletivo Somos apresentou ao Ministério Público do Tocantins (MPE) denúncia por homofobia. “Ambos demonstram desconhecer suas funções enquanto agentes políticos, cujos salários e benefícios são custeados com os impostos de todos os contribuintes, inclusive os LGBT’s. O acesso ao serviço público no País é destinado a todos os contribuintes, não apenas aos que professam um credo específico, como sabidamente consta do texto da Constituição Federal, ignorado pelos parlamentares, justo aqueles sobre o qual repousa a função de típica de legislar para o bem comum de todos os cidadãos, sem discriminações. Não há ofensa à entidades religiosas. Esta apenas se dá para aqueles que entendem serem os LGBTs indignos de atenção pelo Poder Público. Vivemos diante do desatino da defesa do ‘direito de ser preconceituoso’ do direito de calar a existência de minorias, lhes tirando qualquer tipo de visibilidade e proteção do Estado”, discorre trecho.

<https://clebertoledo.com.br/tocantins/mpe-quer-que-tres-vereadores-de-araguaina-se-retratem-por-discursos-e-postagens-homofobicos-e-facam-reparacao-a-dano-coletivo/>

Essa superioridade é tão naturalmente consentida socialmente, que o vereador não se sentiu responsável, mas, sim, confortável em violar qualquer contestação do próprio Estado, em prol de seus valores e visão de mundo. Um Estado que, efetivamente, deveria ser laico e democrático, mas que não dá possibilidades reais de que os direitos sejam concedidos de forma universal. Portanto, quando não são englobados, os aviltados se sentem inseguros e impossibilitados de existir de fato.

Figura 15. A interação dos internautas com a notícia

**Repercussão**  
Após poucos minutos da publicação, internautas de todas as partes do Tocantins repudiaram e criticaram a nota do vereador Marcos Duarte.

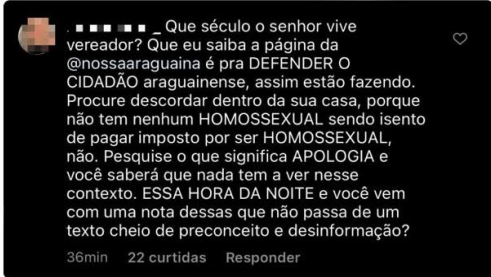
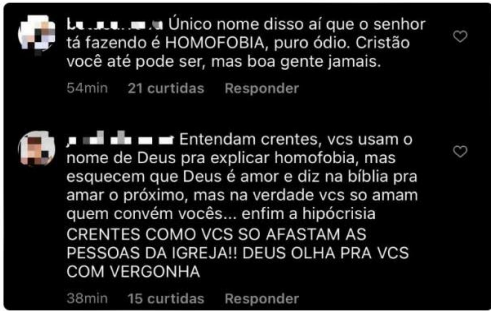
\_ Que século o senhor vive vereador? Que eu saiba a página da @nossaaraguaina é pra DEFENDER O CIDADÃO araguainense, assim estão fazendo. Procure discordar dentro da sua casa, porque não tem nenhum HOMOSEXUAL sendo isento de pagar imposto por ser HOMOSEXUAL, não. Pesquise o que significa APOLOGIA e você saberá que nada tem a ver nesse contexto. ESSA HORA DA NOITE e você vem com uma nota dessas que não passa de um texto cheio de preconceito e desinformação?  
36min 22 curtidas Responder

Foto: Reprodução Instagram

 Único nome disso aí que o senhor tá fazendo é HOMOFOBIA, puro ódio. Cristão você até pode ser, mas boa gente jamais.  
54min 21 curtidas Responder

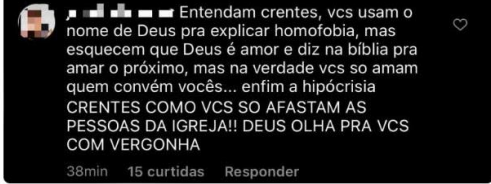
 Entendam crentes, vcs usam o nome de Deus pra explicar homofobia, mas esquecem que Deus é amor e diz na bíblia pra amar o próximo, mas na verdade vcs so amam quem convém vocês... enfim a hipocrisia CRENTE COMO VCS SO AFASTAM AS PESSOAS DA IGREJA!! DEUS OLHA PRA VCS COM VERGONHA  
38min 15 curtidas Responder

Foto: Reprodução Instagram

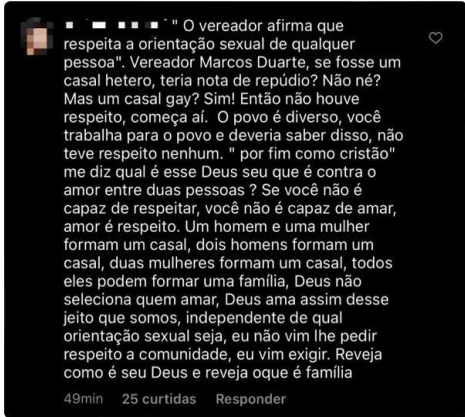
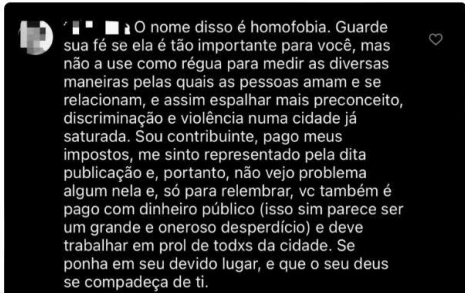
 " O vereador afirma que respeita a orientação sexual de qualquer pessoa". Vereador Marcos Duarte, se fosse um casal hetero, teria nota de repúdio? Não né? Mas um casal gay? Sim! Então não houve respeito, começa aí. O povo é diverso, você trabalha para o povo e deveria saber disso, não teve respeito nenhum. " por fim como cristão" me diz qual é esse Deus seu que é contra o amor entre duas pessoas? Se você não é capaz de respeitar, você não é capaz de amar, amor é respeito. Um homem e uma mulher formam um casal, dois homens formam um casal, duas mulheres formam um casal, todos eles podem formar uma família, Deus não seleciona quem amar, Deus ama assim desse jeito que somos, independente de qual orientação sexual seja, eu não vim lhe pedir respeito a comunidade, eu vim exigir. Reveja como é seu Deus e reveja o que é família  
49min 25 curtidas Responder

Foto: Reprodução Instagram

 O nome disso é homofobia. Guarde sua fé se ela é tão importante para você, mas não a use como régua para medir as diversas maneiras pelas quais as pessoas amam e se relacionam, e assim espalhar mais preconceito, discriminação e violência numa cidade já saturada. Sou contribuinte, pago meus impostos, me sinto representado pela dita publicação e, portanto, não vejo problema algum nela e, só para relembrar, vc também é pago com dinheiro público (isso sim parece ser um grande e oneroso desperdício) e deve trabalhar em prol de todos da cidade. Se ponha em seu devido lugar, e que o seu deus se compadeça de ti.

Fonte: <https://clebertoledo.com.br/tocantins/igor-cortez-e-marcos-duarte-repudiam-campanha-de-araguaina-que-celebrou-10-casal-homoafetivo-do-tocantins-somos-denuncia-veredores-por-homofobia/>

Outra observação importante a ser feita é sobre o uso da expressão “homoafetivo”, logo no título da reportagem:

Figura16. A quem pertence o afeto?

**Ygor Cortez e Marcos Duarte repudiam campanha de Araguaína que celebrou 1º casal homoafetivo do Tocantins; Somos denuncia vereadores por homofobia**

<https://clebertoledo.com.br/tocantins/ygor-cortez-e-marcos-duarte-repudiam-campanha-de-araguaina-que-celebrou-1o-casal-homoafetivo-do-tocantins-somos-denuncia-vereadores-por-homofobia/>

Pela ótica dos direitos sexuais, Rios (2018) afirma que a expressão denota um certo grau de assimilacionismo, de caráter adequacionista à norma, pois não é usual fazer uso da expressão “heteroafetivo”, já que dentro da lógica familiar tradicional, o afeto aparece como componente intrínseco, diretamente vinculado à romanização da fidelidade conjugal e procriação. Portanto, o termo “homoafetivo” utilizado na reportagem reitera a noção de casal higienizado, palatável e que pode ser de alguma forma tolerado, quando adequado analogamente aos padrões esperados de um casal heterossexual.

Nas palavras do autor,

[...] a identificação do “afeto”, como fator distintivo dos relacionamentos e identificador dos vínculos familiares, cumpre função anestésica e acomodadora da diversidade sexual às normas da sexualidade compulsória, na medida em que propõe a “aceitação” da homossexualidade sem qualquer questionamento mais intenso dos padrões sexuais hegemônicos. Isso porque a “afetividade” acaba funcionando como justificativa para a aceitação de dissonâncias à norma heterossexual, servindo como um mecanismo da anulação, por compensação de práticas e preferências sexuais heterodoxas, cujo desvalor fica contrabalanceado pela “pureza dos sentimentos”. Dessa forma, opera-se uma assimilação ao mesmo padrão que se buscava enfrentar, produzindo a partir daí um novo rol de exclusões (RIOS, 2018, p.149).

Figura 17. O conteúdo homofóbico

No discurso, de teor homofóbico e argumentação vulgar, o vereador disse que o jornalista "usa calças mas gostaria de usar saia" e ainda acrescentou que o microfone que o profissional do site usa é outro e que o namorado do mesmo não estaria dando o que o jornalista quer.

"Um problema muito sério aqui é a questão do uso de máscara. Hoje sou matéria de capa no site (...) Eu respeito sua opção sexual, mas é a dele e não a minha (...) como a gente é uma pessoa pública, temos que dar exemplo, mas tem pessoas que não tem o que fazer, talvez tenha que trocar de namorado, porque o namorado que está dando para ele não está servindo, tá pequeno. (...) Eu quero falar para esse Cidadão, que eu sou o policial militar que mais cumpriu ordem. Trinta anos dizendo sim senhor e não senhor. Infelizmente tem pessoas que não tem o que fazer em casa, gosta de outro tipo de microfone e fica queimando os outros. Quero falar o seguinte, estou aberto aqui, se quiser vir pra casa debater apareça (...) que você não sabe o que está fazendo não", afirmou Carneiro.

O repórter lamentou o fato, criticou as falas homofóbicas e afirmou que irá denunciar e acionar a justiça para que o vereador responda pelo crime de homofobia. "É lamentável que um parlamentar, que é um representante do povo, membro de uma Casa de Leis, desça a um nível tão baixo e de extrema vulgaridade. Faltou decoro e faltou educação. Um funcionário público, pago com dinheiro público está sujeito a críticas. Existe um entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que homofobia é crime e o vereador terá que responder judicialmente. O vídeo já foi repassado para o advogado e vamos entrar com uma ação judicial e registrar uma denúncia pelo crime de homofobia",

Fonte: <https://conexaoto.com.br/2021/05/11/vereador-de-araguaina-faz-ataques-homofobicos-ao-comunicador-stoff-vieira>

Figura 18. O repúdio dos vereadores

*"Os vereadores repudiaram a iniciativa, o que um deles denominou de 'apologia a homossexualidade', como se esta fosse algum delito ou prática indesejável, portanto, não passível de visibilidade pela sociedade e apoio pelo poder público. Apesar da população LGBT ser composta por pessoas que também colaboram para o sustento da máquina pública que remunera os parlamentares, estes vieram a público rechaçar, demonstrando abjeção em relação à publicidade inclusiva", diz o Coletivo.*

Fonte: <https://gazedocerrado.com.br/investigados-por-crime-de-homofobia-vereadores-de-araguaina-serao-interrogados-pelo-mp/>

A violência psicológica, realizada sob amparo da humilhação e certo tom de chasco e ridicularização, mostra que o agressor não se reconhece subjetivamente como igual ao outro e, portanto, não tem por que se desculpar, pois a diversidade humana, quando oposta aos seus padrões pessoais de valor, faz com que ele, eleito para defender os interesses coletivos e trabalhar em prol da democracia, aja naturalmente, sem se incomodar que tais existências sejam cotidianamente



desabastecidas de respeito e de seus direitos básicos. Infelizmente a reportagem mostra que não há — por parte do vereador — o reconhecimento de seus excessos ou qualquer sinalização de que ele deva mudar seu comportamento ou ser mais cauteloso com suas falas; restando àquele que foi ofendido, rechaçado e humilhado publicamente, colocar-se no patamar de inferioridade e, ainda, que seja compreensivo e valide suas justificativas, afinal “os que ocupam uma posição de poder, de privilégio, de maioria, não se perguntam sobre a origem de seus direitos ou de sua posição.” (SAEZ; CARRASCOSA 2016, p.41).

Sobre o mesmo tema, em outra reportagem, publicada em 14/05/2021, o vereador, quando fala do jornalista, diz “*eu respeito a sua opção*”, reiterando a existência de inferiorização de alguém que, supostamente, fez uma escolha ruim ao subverter às normas instituídas em torno do comportamento sexual e, por isso, deve se responsabilizar pelas escolhas malfeitas. Isso, na perspectiva de Silva (2013.p.117-118), deveria ser pensado da seguinte forma:

[...] Quando o que está em jogo é a vivência das sexualidades, deve-se focar o sujeito sexual, deve-se pensar a pessoa como condutora de suas escolhas ao longo de sua trajetória sexual e não como objeto de instintos, impulsos ou assujeitado a discursos sobre sexualidade. O sujeito sexual está permanentemente interpelado por diferentes discursos sobre a sexualidade e por cada contexto intersubjetivo. Quando se é um agente com autonomia, o sujeito pode ser sujeito de muitos discursos sobre o sexo, por vezes até contraditórios. Ao longo da vida, o sujeito é confrontado com o pluralismo de discursos disponíveis na sociedade.

O discurso de menosprezo mostra a intenção de evidenciar as desigualdades. Em sua defesa, a intenção de apresentar características socialmente valorizadas.

Figura 19. A justificativa

*Inicialmente esclareço, que em que pese, seja policial militar, tenho origens humildes, quem me conhece sabe que não sou possuidor de um vocabulário muito extenso e uso palavras simples e uma linguagem informal em meus pronunciamentos.*

*Quanto as declarações ocorridas no plenário naquela ocasião, reconheço que utilizei de palavras inadequadas, que talvez tenham trazido uma interpretação diversa da que inicialmente eu pretendia.*

Fonte: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista-e-vitima-de-homofobia-apos-reportagem-sobre-desrespeito-ao-uso-de-mascaras/>

Figura 20. Enquadramento

O SOMOS ainda afirmou que as declarações não se tratam apenas de opiniões, pois estas se dão dentro das individualidades dos parlamentares. *“Opinião seria gostar de doce ou salgado, beber essa ou aquela bebida. No entanto, classificar LGBT’s como indignos de comporem campanha publicitária constitui discurso voltado à invisibilização da nossa comunidade.*

*A narrativa de inferiorização de minorias causa reforço psicológico positivo para ações violentas contra essas comunidades, razão pela qual o STF entendeu necessário o combate a tais práticas”, completou o grupo, que reforçou a necessidade de a conduta do parlamentar se enquadrar na definição de homofobia, conforme decisão proferida da ADO nº 26-DF do Supremo Tribunal Federal.*

Fonte: <https://gazetadocerrado.com.br/investigados-por-crime-de-homofobia-vereadores-de-araguaina-serao-interrogados-pelo-mp/>

O capitalismo, sempre se fortalece através da produção das desigualdades e, neste caso, a força de trabalho, atrelada ao corpo sexualizado, retira dessas pessoas não só os direitos básicos, mas também o direito de existir.

### 5.1.3 Transfobia

Em todas as entrevistas — selecionadas ou não — fazia-se menção apenas às travestis. Tal conceito é

eminentemente brasileiro que indica uma identidade de gênero e serve para designar as identidades femininas que rompem com as lógicas binárias de pensar o masculino e o feminino. Esse termo é utilizado para falar (e foi reivindicado positivamente como categoria identitária) de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, mas que assumem comportamentos socialmente atribuídos ao feminino, desestabilizando a norma da dicotomia associativa: pênis=homem vs. vagina=mulher e evidenciando outras realidades para além dessa norma (CARVALHO; PASSOS, 2019, p.191-192).

O risco à violência na rua, constante, impõe criatividade para contornarem dificuldades econômicas e cuidar da saúde, uma vez que as políticas atuais não dão conta de atender — na sua totalidade — às necessidades dessa população. Nas palavras de Carvalho e Passos (2019, p.91) “este ciclo de violência que imagina poder destituir a condição de humanidade destas pessoas jamais poderá fazê-lo, porque a dignidade humana não é um adereço exterior às pessoas, mas é inerente à sua vida em pele de gente”. Conforme apontado na pesquisa, o sofrimento dessas pessoas certamente é muito maior do que o externalizado nas reportagens, pois ao negar simbolicamente a identidade de alguém, esse outro torna-se nada.

Figura 21. Prostituição e estigma



Fonte: <https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2014/04/14/6977-advogado-morre-durante-programa-com-travesti-dentro-do-proprio-carro>

Conforme apresentado nesta reportagem, o envolvimento de homens heterossexuais com travestis, conforme destaca Fávero (2019, p. 189) “é capaz de borrar a vida afetiva e sexual de modo expressivo” pelo fato delas ocuparem a condição de abjetas. O conteúdo da reportagem sequer menciona o nome da pessoa que o acompanhava quando a morte aconteceu.

Figura 22. O consumo dos corpos

De acordo com informações apuradas pela REDE TO, Walker de Montemor Quagliarello, de 50 anos, deu entrada, por volta das 3 horas da manhã, no Hospital Regional Público de Araguaína (HRPA) e faleceu pouco tempo depois.

A travesti, que faz programas sexuais no perímetro urbano da BR-153, mandou mensagens para amigos no momento do incidente. O site teve acesso ao conteúdo. Confira: "Gente, caramba, um homem aqui apagou depois de go... Tô aki presa num carro e um monte de repórter fora... Q azar". "Deu um branco aqui. O que pode ter sido? AVC, infarto silencioso, coma pós-droga (álcool, narcóticos, medicamento". "Ele apagou... Mas de início tava com pulso forte e normotenso... depois de muito tempo, foi ficando com pulso fraco... aí o samu retirou do carro", finalizou.

Fonte: <https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2014/04/14/6977-advogado-morre-durante-programa-com-travesti-dentro-do-proprio-carro>

Em consonância às normas de gênero, Butler (2018, p. 47) afirma que

[...] assim como as normas parecem determinar quais gêneros podem aparecer e quais não podem, elas também falham no controle da esfera e do aparecimento, operando mais como uma política ausente ou falível do que como poderes totalitários efetivos. Além disso, se pensarmos mais cuidadosamente sobre o reconhecimento, temos que perguntar: existe um modo de distinguir entre o reconhecimento completo e parcial, e mesmo um modo de distinguir o reconhecimento do falso reconhecimento?

Portanto, compreender esses enfrentamentos dentro da perspectiva interseccional torna-se uma condição indispensável, já que essas existências são tidas como irresponsáveis, promíscuas, que não se preservam durante as relações sexuais; sendo destituídas, então, da condição de humanidade, na visão do Estado, passando à condição de portadoras de doenças sexualmente transmissíveis (DST)

pela objetificação de seus corpos (PEREIRA; SILVA, 2015), conforme reforçado na reportagem a seguir:

Figura 23. A brutalidade da morte na transfobia

### **Travesti de Araguaína morre depois de ser brutalmente agredida**

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida>

A transfobia apresenta, como efeitos desencadeados pela miséria socioeconômica, o corpo fetichizado e estigmatizado pela prostituição e dependência de drogas ilícitas. São vários os contrastes perversos da exclusão, incluindo situações extremas, como o homicídio. É cíclico o processo das rejeições, e violências, sobretudo a sexual, uma vez que as esferas institucionais, judiciais e políticas pactuam para acirrar entraves estruturais e biográficos.

Figura 24. Transfobia em Araguaína



*Vitória Castro, de 36 anos, morreu após ser brutalmente agredida, em Araguaína (Foto: Arquivo Pessoal)*

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida>

Figura 25. Consequência: a morte

Morreu, na noite da última segunda-feira, 10, no Hospital Regional de Araguaína, a travesti Vitória Castro, de 36 anos. Ela estava internada desde o dia 6, quando foi brutalmente agredida no setor Entroncamento. Segundo o HRA, a paciente teve edema e hemorragia cerebral causados por múltiplas fraturas no crânio. Vitória foi sepultada nesta quarta-feira, 12, no Cemitério São Lázaro.

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida>

Figura 26. A pobreza como resultado da transfobia

A Defensoria informou ainda que teve acionar o poder público para viabilizar um auxílio funeral à vítima. Como a família de Vitória não tinha condições de comprar o caixão, a urna funerária foi doada pela Prefeitura de Araguaína por meio da Funamc – Fundação de Atividade Municipal Comunitária. A demora, porém, acabou impossibilitando a realização do velório. “Mesmo após conseguir que o judiciário provesse todos os nossos pedidos, por questões burocráticas e de tempo, como o corpo não estava mais em condições, a Vitória foi enterrada sem um período, como é costume na nossa cultura, de velório”, afirmou o defensor público Sandro Ferreira.

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida>

### Figura 27. Transfobia e o trabalho sexual

A travesti, que faz programas sexuais no perímetro urbano da BR-153, mandou mensagens para amigos no momento do incidente. O site teve acesso ao conteúdo. Confira: "Gente, caramba, um homem aqui apagou depois de go... Tô aki presa num carro e um monte de repórter fora... Q azar". "Deu um branco aqui. O que pode ter sido? AVC, infarto silencioso, coma pós-droga (álcool, narcóticos, medicamento". "Ele apagou... Mas de início tava com pulso forte e normotenso... depois de muito tempo, foi ficando com pulso fraco... aí o samu retirou do carro", finalizou.

O advogado foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas não resistiu. O corpo foi encaminhado para Palmas, onde acontecerá o sepultamento. Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lamentou a morte do advogado, mas deu outra versão para o ocorrido.

"Drº Walker Quagliarello, conhecido entre os colegas advogados como Kiko, estava na estrada entre as cidades de Tocantinópolis e Araguaína quando começou a sentir-se mal. Ao estacionar o carro às margens da rodovia foi vitimado pelo acidente cardiovascular", diz um trecho.

Fonte: <https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2014/04/14/6977-advogado-morre-durante-programa-com-travesti-dentro-do-proprio-carro>

A cultura local é alicerçada no machismo e nas estruturas de classe. Por isso, algumas mortes parecem ser retratadas como fenômenos naturais. Nesta reportagem, o discurso incriminador utilizado foi contundente para pronunciar a inferioridade subjetiva da vítima, confeccionada de forma marginal a partir da legitimidade de discursos admitidos como verdades em torno da travesti.

Há uma naturalização da violência, uma culpa e, de certo modo, responsabilização pela violência, conforme mostrado em um trecho da reportagem:

### Figura 28. Responsabilização

A vítima teria então dito ao homem que o aparelho tinha sido roubado por outra pessoa e que não estava nas mãos dela. O atirador quis então que ela entregasse o próprio aparelho em substituição. Quando ela se negou, ele teria disparado.

Fonte: <https://gazetadocerrado.com.br/por-cao-de-celular-travesti-e-assassinada-por-suposto-cliente/>

Nesta reportagem, o discurso incriminatório utilizado foi contundente para pronunciar a inferioridade subjetiva da vítima; de forma marginal, a partir da legitimidade de discursos admitidos como verdades em torno da travesti.

Figura 29. O resultado



Fonte: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/07/02/travesti-e-morta-a-tiros-em-avenida-de-araguaina.ghtml>

Portanto, isso revela nuances de uma ideologia dominante em relação aos interesses e necessidades imbricadas na produção do espaço urbano. Sendo assim, podemos afirmar que Araguaína ainda não é uma cidade pensada e produzida para o coletivo. Isso, nas palavras de Carvalho e Macedo Júnior (2019, p.150), significa que a “produção espacial tem gênero, classe, raça e orientação sexual: é a dominação do masculino, burguês, branco, heterossexual.” Ao fugir desse critério, a possibilidade de extermínio torna-se frequente e natural para essas pessoas.

A rejeição dessas identidades transpareceu em uma das notícias publicadas, que apresentou, em seu conteúdo, desprezo em relação ao uso correto do pronome de tratamento, além de expressões hostis.



Figura 30. O uso inadequado de pronomes



Fonte: <http://www.oprogreso-ma.com.br/policia/travesti-acusado-de-homicidio-em-araguaina-e-preso-em-imperatriz/95149.html>

Esse tratamento diferenciado, apresentado a partir das estereotipagens, reforça a produção de estigmas — como se essas pessoas, tivessem de fato, algum atributo depreciativo real. No conteúdo tratado e no desfecho da jovem *trans*, percebe-se que as travestis são associadas diretamente à violência e ao crime, sem mencionar as valorações negativas apresentadas. Nos fragmentos, eclodem tentativas de higienização social, uma vez que a subordinação presente nessas pessoas contribui ainda mais para se intensificar a violência.

Figura 31. A identidade criminosa



Dando continuidade às investigações que eram presididas pelo Delegado José Rerisson Macedo Gomes, sobre o homicídio de Vitória Castro, travesti morta na cidade de Araguaína no início de 2017, a Polícia Civil, por intermédio da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP) efetuou, no final da tarde da última quinta-feira, em Imperatriz -MA, 'Tyfanni Sandes Dutra' conforme o Delegado Regional Bruno Boaventura, na madrugada do dia 12/07, equipes da DHPP- Araguaína e da 10ª Delegacia Regional de Araguatins se deslocaram a cidade de Itinga do Pará a fim de localizar o investigado. Lá, receberam informações de que ele teria se evadido para Imperatriz-MA. desta maneira, as equipes se deslocaram até a cidade maranhense, onde conseguiram localizar o investigado e dar cumprimento ao mandado de prisão temporária. Tyfanni era uma das travestis apontadas como executora das agressões que culminaram na morte de Vitória Castro. Após a detenção, Tyfanni foi apresentada na Delegacia Regional em Imperatriz e recolhida ao cárcere, aguardando decisão da justiça Tocantinense sobre seu recambiamento. Desse modo, a DHPP elucida mais um crime de homicídio, em Araguaína, uma vez que Tyfanni era a última das investigadas ainda em liberdade.

Fonte: <https://folhacapital.com.br/policia/policia-civil-do-to-prende-no-maranhao-travesti-suspeita-de-homicidio-em-araguaina/>

Há uma explícita tentativa de controle social, baseada em justificativas do senso comum. O discurso, enquanto instrumento de poder para legitimar a estigmatização social, por estar fora da norma. Se não há nome e nem pronome, essas pessoas são literalmente apagadas. Há ausência, de modo concreto, de investimentos em relação a essas vidas.

A prostituição<sup>5</sup> — em especial, em sociedades que organizadas nos moldes patriarcais — torna-se uma afronta ao sistema de dominação masculina, que historicamente tem, no espaço público da rua, lugar ainda majoritariamente ocupado

<sup>5</sup> Segundo Carvalho e Passos (2019, p. 203, a prática da prostituição “antes da civilização indoeuropeia, como ato sagrado e político.

por homens, que podem gozar de autonomia, não somente para transitar e trabalhar, mas também no que diz respeito à liberdade sexual.

Nascida da crueldade do escravismo, a prostituição carregaria por séculos uma quádrupla exploração: sexual, econômica, simbólica e política. E, por outro lado, o fenômeno da disseminação das vendas em locais proibidos confundia-se com a presença feminina, que concorria para o mesmo fim, através das meretrizes. As medidas fiscalizadoras cresciam entrelaçadas, na mesma proporção, ao crescimento expressivo deste espaço de participação feminina que, ao revés da situação, nascida da exploração, tornou-se um espaço político de autonomia e emancipação das mulheres negras, mulatas e pobres (CARVALHO; PASSOS, 2019, p.84).

Sobre essa questão, os autores reforçam que, na atualidade, a prostituição é tida culturalmente como uma prática subversiva que coloca as identidades femininas numa condição de animalidade e fetichização dos corpos; produzindo, com isso, uma gama de violações de Direitos Humanos, inclusive no interior das próprias famílias, que acabam por reforçar múltiplas outras formas de vulnerabilidade social e econômica. Seja pelo fato serem simbolicamente vistas como afrontadoras do sagrado, ou simplesmente por serem colocadas no lugar de animais e, por isso, responsabilizadas (in) diretamente pelas injustiças que enfrentam, o fato é que ainda é muito presente “a visão de degradação e estigmatização presentes nos discursos jurídicos, policiais e higienistas” (CARVALHO; PASSOS, 2019, p.84).

Cabe salientar que a rua acaba sendo um dos poucos espaços onde essas profissionais resistem à domesticidade feminina e podem ter minimamente alguma possibilidade de estabelecerem laços de companheirismo e afeto compartilhados (CARVALHO; PASSOS, 2019).

Neste sentido, é mais substancial pensar a LGBTfobia como resultado direto de dispositivos de dominação em torno do gênero e das sexualidades dissidentes, que contribuem para que o outro não seja reconhecido como igual e, portanto, discriminado na medida em que esse outro é diferenciado dos cisheterossexuais e estigmatizado a partir do momento em que passa a fazer parte de uma categoria de pessoas tidas como aquelas que possuem atributos defeituosos, negativos e inferiores e, por isso, submetidas às formas hostis de tratamento, ao desprezo e outras tantas maneiras diferentes de violência que podem ser, inclusive, substrato para a morte. Isso decorre do processo classificatório, fortemente calcado no binarismo sexual.

Os mecanismos apresentados para pacificar e docilizar esses corpos que tem sua dignidade subtraída são muitos, como dito anteriormente, mas o webjornalismo local também se mostra como ferramenta presente no modo como os gestos, comportamentos e ações são reguladas pela cultura de exceção, como arma de luta e resistência, conforme mostrado através em algumas reportagens analisadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das reportagens selecionadas para a realização do presente estudo, fica evidente — a partir do olhar ofertado pelas contribuições conceituais da Teoria Queer — que, assim como em muitos lugares do Brasil e do mundo, que há indubitavelmente um essencialismo estratégico produzido pela LGBTfobia no município de Araguaína, uma vez que todas as reportagens trazem elementos de uma cultura que opera articuladamente e de forma interseccional para a produção de vulnerabilidades; especialmente no que tange aos eixos *gênero*, *sexualidade* e *classe*. Aponto esses três, em especial, porque os materiais analisados não deram nenhuma possibilidade de identificar contornos de raça/etnia nas informações divulgadas pela imprensa local. No entanto, conforme nos lembra Britzman (1996, p.84), nesse mesmo grupo as comunidades são distintas, pois “podem ser segregadas por raça, gênero, etnia e classe, bem como por interesses estéticos, políticos e culturais.”

Dos nefastos efeitos produzidos pela LGBTfobia, as violências diversas e explícitas gradativamente diferenciadas em torno das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. Em relação às orientações sexuais, foram encontradas violências como: abuso sexual corretivo, agressões físicas e verbais sobre as lesbianidades. Vale ressaltar que, neste caso, temos uma dupla condição produtora de vulnerabilidade: gênero, por serem mulheres e o fato de serem lésbicas. No caso da homossexualidade masculina, retratada pelo aversivo e violento trato dos parlamentares, evidencia-se o assédio moral, justificado pelo aparente e “bem-intencionado” exemplo de heterossexualidade a ser seguido. Em outra situação, uma morte — com requintes de crueldade — que não teve sequer a ação da justiça para responsabilizar o culpado pelo crime.

Indiscutivelmente, o estudo mostrou que as identidades dissidentes de gênero aparecem majoritariamente como pauta principal das reportagens analisadas, especialmente a travestis, que são insistentemente enquadradas no campo da abjeção devido ao trabalho sexual que geralmente aparece para essas pessoas como possibilidade única de sustento. Existências literalmente apagadas, mostradas aqui, tanto de forma velada, tanto pela tentativa produzida através de incêndio residencial em uma das reportagens, como pelos tiros diretos que mataram brutalmente uma jovem durante uma discussão, enquanto ela trabalhava.

Irresponsavelmente, a travesti aparece sendo tratada com identidade masculina, tendo sua identidade — assim como ela é — negada. De forma mais indigna ainda, não houve o mínimo de aparato para que esse corpo fosse enterrado em condições iguais a qualquer pessoa que a constituição brasileira reconhece como cidadã.

A organização de eventos, que trazem “um fiasco de público”, certamente não denota insuficiência estatística da população LGBT; mas, sim, o silenciamento de pessoas enclausuradas em seus privilégios combinatórios ou higienizados pela assimilação do modelo de base: a cisheterossexualidade! Pode ser apenas um reflexo do medo, da violência ou da retaliação social que transita pela vida de pessoas que tiveram coragem de viver em inconformidade com a norma e de deram, literalmente, “a cara para bater”, quando os armários sociais se tornam sufocantes a ponto de ameaçá-los de sublimar o sentido da própria existência.

O armário retira a capacidade inventiva dos sujeitos e a espontaneidade das pessoas. Fora dele, é possível ser alvo direto de muitas violações, inclusive do direito básico: o direito de viver. Por outro lado, a resistência pode advogar em favor da liberdade, do amor e da construção mais igualitária, respeitosa e justa de qualquer sociedade. Para produzir esse projeto social tão desejado, nenhuma diferença pode ser suprimida, violentada ou, na pior das hipóteses, dizimada.

Num cenário, repleto de políticas neoliberais, temos explicitamente o aumento das injustiças contra a população LGBT na cidade de Araguaína, especialmente sobre as travestis, que não possuem acesso ao trabalho formal e são cotidianamente impedidas do poder de consumo; perdendo, com isso, a condição de serem tratadas como seres humanos. Elas têm o acesso negado a direitos fundamentais e são expropriadas perversamente do acesso à educação e saúde, à moradia, alimentação etc., sem perder de vista o condicionamento a que foram submetidas desde a infância: de conviverem com a solidão e a rejeição social. Por isso, desde muito cedo passam por experiências demasiadamente dolorosas, como a rejeição do próprio corpo.

Comparativamente, constatou-se que as mortes nas orientações sexuais dissidentes, são muito menores quando comparadas com as travestis. Estas são submetidas ainda mais a formas ainda mais brutais de violência, em especial as profissionais do sexo, executadas enquanto trabalhavam na rua. Cabe destacar, que nenhuma pessoa intersexo foi identificada no conteúdo das reportagens.

As reportagens expressam, em seu conteúdo transfóbico, um trato corriqueiro das demandas apresentadas, como se a complexidade das causas fossem efeitos naturais de um corpo rejeitado por estar no mundo, cuja realidade periférica é impedida de ascender aos padrões sociais dominantes. A análise das falas reforça um projeto intencional político que impõe normas.

Lamentavelmente, os tidos “representantes do povo” sentem-se autorizados a desumanizar e negar dignidade às pessoas, principalmente em espaços públicos. É a convivência — imposta — com a superioridade civilizatória eurocêntrica, submetendo pessoas à uma suposta evolução cultural mantida a partir de crenças pessoais. O dever de um vereador é pensar e propor projetos de lei que advoguem a favor do bem-estar das pessoas e das coletividades. Para acabar com este ciclo, de fazer as pessoas se sentirem menos do que são, pesquisas sobre essa temática podem dar visibilidade para debater a LGBTfobia no município e contribuir para que os conhecimentos produzidos pela academia contribuam — ainda que minimamente — para transformar a realidade local.

Diante da leitura qualificada dos trechos selecionados, duas categorias principais são trazidas e descritas como categorias temáticas, sendo elas: orientações sexuais e identidade de gênero. Nestas, objetivamos apresentar e discutir o conteúdo das reportagens produzidas pelo webjornalismo local.

Vale ressaltar que, no território estudado, há necessidade de que políticas públicas destinadas à população LGBT sejam produzidas, a fim de diminuir a violência e gerar sensibilidade de compreensão em torno das dificuldades enfrentadas por essa população. Espera-se, assim, que a partir dessa ação ocorra a diminuição da miserabilidade da população *trans*, via inclusão social, com o devido aparato do poder público. As políticas públicas têm papel decisivo no impedimento de que os Direitos Humanos sejam vilipendiados, sobretudo no campo da saúde mental. Não há como admitir retrocessos. As demandas dessa população não podem ser entendidas como meramente pessoais, desvinculadas do contexto sócio-histórico, como tratado pela institucionalização nos hospitais psiquiátricos brasileiros até a implantação da política nacional de saúde mental no país: a participação social e a autonomia das pessoas é um direito e não um favor.

A sugestão é que sejam feitas mais investigações sobre a realidade local, uma vez que é necessário conhecer as causas da violência, especificidades e desigualdades que estão postas nas diferentes pessoas e grupos que ainda sofrem

com a LGBTfobia no município estudado. A partir desta ação talvez seja possível propor ações e intervenções contra as injustiças e violações que são tratadas com certa naturalização nessa população — especialmente nas travestis, que estão ainda mais distanciadas dos privilégios comuns a maioria das pessoas cisgêneras.

Quando essa compreensão não é alcançada, fica ainda mais difícil estabelecer alianças. A partir do momento que o webjornalismo não reconhece uma identidade feminina como tal, acaba dando ainda mais suporte para que as violências sejam colocadas como naturais; e não só potencializa ainda mais a condição de risco dessas pessoas, como também reforça na coletividade o senso de individualidade com as questões que prejudicam a existência do outro.

Não tratar de assuntos sobre gênero e sexualidade na escola, por exemplo, sob justificativa de manutenção dos valores familiares serve, antes de mais nada, como um mecanismo substancial para a anulação e desvalor das diferenças — aspecto contraditório com a concepção vigente de democracia.

O discurso conservador discriminatório, apresentado nas falas, reforça que a homossexualidade não pode contestar os padrões normativos. Afinal, a heterossexualidade se configura como um dos eixos mantenedores do sistema capitalista, apoiados em valores patriarcais burgueses de família e de produção de alianças; uma vez que, tanto o matrimônio, quanto a capacidade reprodutiva da mulher e os filhos, são elementos importantes que ocupam o lugar do sagrado para legitimar o regime heterossexual, mantenedor basal do sistema capitalista. (CURIEL, 2013; LIMA, 2014).

Existe uma moralidade calcificada e um condicionamento legitimado e defendido pelo poder, ancorados pela religião, que acentuam a possibilidade de pessoas homossexuais serem marginalizadas por representantes da esfera pública.

Se na reportagem sobre o comportamento lésbico o mecanismo de interdição sobre os direitos de circular pela cidade é aparentemente “mais sutil” — conforme observado, o local onde uma mulher lésbica estava era um ambiente público —, por outro lado, nota-se que, no caso das travestis, a expressão da identidade feminina é alvo direto de extermínio, tanto na esfera pública, quanto privada. Isso mostra que Araguaína não é um território totalmente seguro para que mulheres lésbicas possam circular em espaços de sociabilidade que a cidade oferece. São reveladas as nuances de uma ideologia dominante em relação aos interesses e necessidades imbricados na produção do espaço urbano. Portanto, é possível afirmar que



Araguaína ainda não é uma cidade pensada e produzida para o coletivo. Isso, nas palavras de Carvalho e Macedo Júnior (2019, p.150) significa que a “produção espacial tem gênero, classe, raça e orientação sexual: é a dominação do masculino, burguês, branco, heterossexual”.

Nas reportagens analisadas acerca de situações que envolviam a população LGBT, nota-se que — em todas elas — os corpos foram impactados diretamente pelo regime de poder da cisheterossexualidade. Exemplo disso são os relatos dos vereadores tentando invisibilizar e violar os direitos das pessoas através da moralização do comportamento sexual. Tal postura mostra-se como uma arma potente para legitimar a violência.

Nos dias atuais, a LGBTfobia não pode ser entendida meramente como preconceito, uma vez que, diante da possibilidade de acesso à informação, não há como simplificar que ela seja efeito de opiniões prévias ou baseadas em desconhecimento da situação. Embora gênero e sexualidades estejam unificados na mesma sigla, há que se ressaltar a necessidade de não homogeneizar características biológicas e sociais. É fato que a população LGBT continua sendo incompreendida. Sua dignidade é negada e, ainda, tem que driblar adversidades seculares fossilizadas socialmente pela política e pela religião, que a colocam no lugar de coisa — isso pode ser constatado nos episódios de violência, reportados através dos trechos publicados na mídia.

Cabe reforçar que a linguagem midiática utilizada para propagar as notícias que envolviam as profissionais do sexo deixaram transparecer uma falta de sensibilidade no tocante às dificuldades enfrentadas pelas travestis ao tentarem ser inseridas no mercado formal de trabalho. Apesar de ser uma forma possível para a captação de recursos para sua sobrevivência, o trabalho sexual na rua é, também, o lugar em que essas pessoas ficam expostas diretamente a situações inusitadas de violência.

As pessoas que não vivem do trabalho sexual, mesmo diante de inúmeras dificuldades, têm mais oportunidades de mudança de sua condição social, dado ao fato de terem vínculos menos fragilizados com o trabalho. Portanto, no caso das travestis, a categoria trabalho se apresenta como um fator essencial que é propulsor à inclusão social. O poder público pode, através da produção de políticas públicas voltadas para o emprego dessa população, diminuir a vulnerabilidade tão acentuada,

vivida por esse grupo que apresenta condições de vida ainda mais precarizadas — a distribuição do poder aquiritivo para essas pessoas é desarrazoadamente desigual.

É necessário que estudos destinados a compreender a relação entre emprego e saúde mental sejam pensados, pois o emprego formal ainda é um desafio importante no sentido de dar oportunidade, autonomia e participação social dessas identidades que costumam homogeneizar particularidades e confeccionar rótulos depreciativos que imprimem marcas fixas sobre tais corpos, produzindo com isso, identidades desterritorializadas.

Através do contato com produções acadêmicas durante este trabalho foi possível perceber que as questões que atravessam a LGBTfobia ainda carecem de mais investigações científicas na realidade local. São escassos os conteúdos que discutem esse assunto no município e no estado do Tocantins. Assim, este estudo, pode ser um caminho, um recurso de denúncia social que escancara a existência de formas tão singulares de ser exercer o poder.

Diante do exposto, fica claro que os meios de comunicação não podem mais propagar informações distorcidas e arcaicas que contribuem para a produção do pensamento coletivo que intimamente generaliza e liga as profissionais do sexo ao uso ou envolvimento no tráfico de drogas e criminalidade.

Há uma inter-relação entre o descompromisso do *weerbjornalismo* local com a produção de estigmas sociais em torno da população *trans*, apegados aos condicionantes históricos, sociais e culturais que interferem na produção de um jornalismo precário que não consegue minimamente trabalhar com a imparcialidade e respeito ao outro. Por outro lado, explicita a aderência às forças opressoras e a falta de fiscalização das ações de interesse do povo. É imprescindível que a mídia local trate de forma mais respeitosa e sensível enfrentamentos similares aos explorados neste estudo ao invés de servir de ponte facilitadora para o agravamento das tantas desigualdades evidenciadas; ou ainda, ser uma ferramenta de higienização local. É fundamental que o jornalismo seja exercido com competência política, e que tenha engajamento na resolução dos problemas ou na proposição de alternativas que não estejam alinhadas para replicar a violação de direitos.

É perceptível que os veículos de comunicação estudados não se mostram solidários aos assassinatos, obstaculizando ainda mais a compreensão da LGBTfobia enquanto um problema social; mitigando no imaginário das pessoas a necessidade de se pensar coletivamente em estratégias que possam diminuir a

ocorrência desses problemas e o sofrimento enfrentado pela população LGBT e lutar politicamente para que cada brasileiro consiga ter acesso ao abastecimento de condições básicas de sobrevivência.

Embora não seja este o foco central deste trabalho, é importante frisar que, nos últimos quatro anos, na atual conjuntura, no governo Bolsonaro é, para Irineu, (2021, p.567) “aprofundado sua programática antigênero, destituindo os conselhos de direitos, atacando as universidades públicas e o fomento às pesquisas, e investido na regressão dos direitos trabalhistas a partir da contrarreforma da previdência.

O webjornalismo, ancorado numa ideologia neoliberal, potencializa a ideia de que a violação de direitos decorrentes da LGBTfobia coaduna para confundir os leitores da notícia; de que tais violações são decorrentes da falta de empenho pessoal para modificar tais situações — que na verdade tem causas multifacetadas, inclusive nas próprias famílias. De modo concreto, as reportagens assinalam a complexidade que permeia as condições de vida das travestis em Araguaína.

A mídia, nesse sentido, contribui de forma contundente para a formação coletiva dessas identidades. Conforme apresentado, ao invés de contribuir para incluir e produzir segurança, colaboram substancialmente para o controle biopolítico/necropolítico<sup>6</sup> das identidades *trans*, ao passo que dão dimensão diferenciada em relação ao valor de tais vidas. Isso, explicado pela ótica de Butler (2018) seria resultado da “precariedade”, entendida como situação produzida por indução política, para que populações específicas, como a LGBT, componham o lócus dos que possuem redes de apoio social e econômica mais fragilizadas que outros grupos, ficando mais expostos e na condição de alvo de violências e da morte. Com isso, “sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas” (BUTLER, 2018, p. 41).

Essa análise, pautada nos estudos “queer”, permite afirmar que a noção de estabilidade em torno do gênero e das sexualidades, nos discursos apresentados,

---

<sup>6</sup> Berenice Bento (2018), refere-se a biopolítica como estratégias intencionais do Estado para assegurar que alguns grupos humanos possam viver, enquanto a necropolítica, opostamente, volta-se para a produção de mortes.

reforçam e são contundentes para a produção de segregações diversas. Pelo olhar queer, essas falhas conceituais e de comunicação abririam espaços para se questionar o conservadorismo e certos paradigmas, especialmente o de natureza religiosa, que ainda são na realidade como um oponente aos direitos que possam assistir de forma mais qualificada a população LGBT brasileira. (COTTA; CABRAL FILHO, 2015,

Embora apresente uma realidade comum — que é o discrepante sofrimento e exclusão social nas travestis, que tem o nome social negado, mesmo que a requalificação civil (alteração do nome) seja um direito constitucional garantido desde 2016 —, esta pesquisa apresenta, nas reportagens, o modo nada acolhedor com que foram tratadas as pessoas LGBT envolvidas, contribuindo para reprimir qualquer tentativa possível de inclusão. Isso certamente afasta mais ainda o acesso dessa população à participação ativa na vida política, impulsionando, com isso, a produção de relações sociais produzidas a partir da igualdade.

Na mesma medida que o webjornalismo consegue constranger pessoas, pode atuar também como ferramenta de combate ao poder hegemônico, de conscientização e de transformação da realidade, quando viola direitos e trata com respeito e dignidade todas as vidas. A mídia local poderia ser propulsora, colaborando para a iniciativa individual dessa população. Poderia servir de ferramenta para informar a população sobre seus direitos já conquistados, mas a negligência apresentada se alinha diretamente a outras produzidas, como a necropolítica produzida pelo fracasso do Estado.

Produzir conhecimento com base nos referenciais queer é, de certa forma, produzir referenciais de fissura no alicerce cisheteronormativo presente em diversos aspectos sociais e culturais expressos através das reportagens selecionadas. Refletir tais discursos torna-se, portanto, um campo profícuo para compreensão das relações sociais no território, ao passo que denuncia, também, a carência de estudos e informação, ainda que muitas produções teóricas em campos diversos do conhecimento tenham sido realizadas, principalmente sobre os fatores estruturais que colaboram para a produção da desigualdade social.

Fica evidente, ainda, o protagonismo do jornalismo local para manutenção de falhas estruturais, uma vez que as singularidades da população LGBT não são estáticas e nem limitadas, como apresentado em alguns discursos opressores, sobretudo, naqueles em que a doutrinação religiosa se apresenta de forma tão

explícita, sem dar qualquer abertura para que essas hegemonias sejam reavaliadas e a manutenção de postos de privilégio debatidos criticamente.

O discurso religioso escancara o não reconhecimento do outro como cidadão igual — e isso é violento e opressor. Sobre isso, Curiel (2013) reforça que a igreja, ao longo do tempo, tornou-se uma instituição importante para fomentar a superioridade heterossexual, por se destinar a civilizar e orientar as pessoas a terem um tipo de exclusivo de família. Quando não há a correspondência em relação à possibilidade de reproduzir a heterossexualidade em suas dimensões, essas pessoas são obrigadas a viver secretamente seus afetos e a sexualidade.

Levando em consideração que um bar é tido como espaço típico e fértil para reproduzir o poder masculino, cabe ressaltar que, dentro da manutenção desse regime, é esperado que se reproduza sempre o lugar inferior da mulher e a soberania masculina, sem abrir espaço para se pensar que outras formas de se relacionar sejam possíveis. Em torno das práticas sexuais, até o século XVII, não havia proibição em se falar ou expressar a sexualidade, diferentemente do século XIX, quando o assunto passa a ser restrito ao matrimônio e à reprodução. Conforme a contextualização apresentada por Foucault (2017, p.7-8), a repressão em torno do sexo, além de ser um forte mecanismo de condenação ao desaparecimento, remete a sociedade “ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber” (FOUCAULT, 2017.p.10). Assim como em diversos lugares do Brasil e do mundo, em Araguaína também há “o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana” (FOUCAULT, 2017.p. 16).

A partir das categorias estudadas, é importante assinalar que a violência se faz presente de várias formas — sejam elas físicas, verbais e/ou simbólicas—, e como o webjornalismo funciona como mola propulsora do aparelhamento LGTBfóbico. Esses apontamentos precisam ser cotidianos, posto que LGTBfobia, enquanto prática, impede que esse grupo goze de dignidade humana.

A interseccionalidade se propõe a estudar como as estruturas de poder contribuem para produzir acúmulo simultâneo de elementos responsáveis pela produção de exclusões. É necessário, portanto, olhar e fazer questionamentos atenciosos e minuciosos sobre como as transgenereidades são colocadas em nichos tão diversos de exclusão em virtude da edificação normativa de nossa sociedade,

construída e edificada em torno da desvalorização e da privação de tudo que é ou se assemelha ao feminino.

Na perspectiva de Curiel (2013), a heterossexualidade é estrutural e estruturante das relações, à medida em que é tida como regra imposta que não pode ser quebrada, já que atua como regime de produção da verdade que serve para validar a reprodução de modelos específicos de família, estatutos e os discursos, conforme os apresentados nessa pesquisa. Portanto, conforme sinaliza Borrillo (2010, p. 11), seria equivocado pensar na homofobia como problema ou questão individual, mas “como consentimento das práticas sociais e econômicas que constituem uma ideologia homofóbica”.

A defesa da heterossexualidade como única forma possível de manutenção das relações, pensada pela perspectiva de Foucault (1996), serviria como base estratégica e disciplinadora que tem serventia para manter privilégios não conquistados como se estes fossem naturais para dominantes e dominados.

Por essa lógica, a heterossexualidade seria uma ideologia; uma enganação que se apoia na brutalidade para organizar a realidade e produzir a exclusão. Neste sentido, cabe lembrar que o ataque de conservadores opositores em relação à “ideologia de gênero” tem sido utilizado — na perspectiva de Vecchiatti (2018), para coibir qualquer possibilidade de contestação em relação a instituição da verdade sobre o binarismo de gênero.

Conforme assegura o autor, a partir de diferentes visões ontológicas, a identidade de gênero tem sido fortemente e separadamente defendida entre cultura e natureza<sup>7</sup>, que na visão de Louro (1997), não faz nenhum sentido — nem para o sexo e tampouco para o gênero —, conforme explica a autora:

[...] Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento (LOURO, 1997, p. 27).

Por isso, não se deve utilizar descrições universalizantes, sendo necessário então

levamos em conta as singularidades, abarcando as multiplicidades possíveis das experiências das pessoas com suas constituições identitárias referentes não somente às identidades de gênero, mas às categorias interseccionais que operam tanto na produção de potências de vida quanto nos marcadores de exclusão e invisibilidade (MATTOS; CIDADE, 2016, p.150).

A perspectiva queer questiona a ilegitimidade, as injustiças, a intimidação, a criminalização, a patologização e até os processos normativos sustentados pela língua. Defende o uso comum e livre do espaço público, a proteção da lei (BUTLER, 2018).

Há uma evidente ideologia de normalidade e de anormalidade que oculta a identidade trans. A perspectiva queer questiona a matriz cisheteronormativa, que encontra, na heterossexualidade, relações de parentesco; e, na cisgenereidade, todo aparelhamento necessário para naturalizar e essencializar os indivíduos nos padrões de normalidade ou anormalidade, conforme adesão à norma (MATTOS; CIDADE, 2016).

Como se percebe, a cidade e seus espaços — sobretudo aqueles que são públicos — não são igualmente possíveis para os habitantes de Araguaína. Para resolver essa questão, Ruiz (2017, p. 28) aponta ser necessário

---

<sup>7</sup> Tal concepção defende que o gênero é estático, natural e determinado de modo acessório pelo sexo.

[...] repensar a cidade para que seus espaços estejam voltados à utilização pela população, e não para a manutenção e reprodução do capital. Neste sentido, a ocupação do território pelas pessoas não pode estar desvinculada da luta pela superação das desigualdades econômicas e da construção de uma sociedade sem classes e, portanto, da luta anticapitalista. Do contrário, cairemos no grave erro de uma defesa parcial da ocupação do espaço público, que resultaria em benefícios somente para a população de classe média/alta em bairros ricos e bem localizados, já que a utilização da cidade pelo capital impede a igual distribuição de possíveis ganhos pela população e pelo território.

Novamente, nas análises acerca de como vivem as pessoas LGBT na cidade de Araguaína, faz-se necessário contar com o aparato dos estudos interseccionais, pois os modos de vida da população branca, masculina, elitizada e cisheterossexual são fortemente distintos para negros, pobres, mulheres e indígenas.

Excluir essas lutas (cada uma trazendo suas especificidades) da luta pelo direito à cidade é lutar pelo direito à cidade apenas para a população masculina-cis-branca, o que não traria transformação alguma, já que esse setor já é o detentor do “direito à cidade” (RUIZ, 2017. p. 28).

A pesquisa mostrou que, dentro o espectro das violências sofridas pelas pessoas LGBT no território de Araguaína, as identidades femininas são as mais afetadas por serem mantidas estruturalmente pelo patriarcado, em condição de desvantagem e, por isso mais suscetíveis às violências nos espaços públicos e privados da cidade.

Existir, na esfera pública, sempre foi um desafio para a população LGBT. Como se percebe, isso também ainda não é possível em Araguaína, devido a ideologia equivocada em torno da essencialização do sexo e do gênero, mantenedores do patriarcado fortemente operante por detentores do poder local, como “os homens, brancos, ricos, heterossexuais, cristãos” (MARLEY, 2017.p. 37).

Enquanto a heterossexualidade for mantida como condição compulsória — ao reforçar e normalizar subjetividades e comportamentos —, servirá de base obrigatória. Para Marley (2017, p. 37), “universaliza o conhecimento, a história, a cultura, os símbolos, interpretando e reafirmando esse dogma, produzindo assim, as diferenças entre sexos/gêneros”. Portanto, o lugar de superioridade conferido à heterossexualidade, em relação de causa e efeito, produzirá, obrigatoriamente, a inferiorização de qualquer existência alternativa e, por isso, as violências e desigualdades sociais passam a ser vistas como acontecimentos naturais, legitimados pela aversão e pelo ódio.



Além dos aspectos concretos e materiais, a cidade é multifacetada e estruturada em concepções legais, morais e ideológicas. Por isso, não é possível

[...] pensar a cidade de modo asséptico, ou acrítico, sem levar em conta que o espaço em que as pessoas vivem é constantemente permeado pelos valores que vigem na sociedade. Há códigos morais explícitos e implícitos que trazem grande distinção entre o que comumente se pensa como espaço público versus espaço privado (MACEDO JÚNIOR, 2017, p. 47).

Não custa lembrar que, assim como qualquer ser humano, pessoas LGBT têm projetos e vislumbram a realização de sonhos. Portanto, as políticas públicas têm um papel fundamental no resgate à cidadania dessas pessoas. Coppieters e Vianna (2017) advertem que a expressão “frequência”, quando associada aos grupos LGBT, geralmente é entendida como visibilidade. Sobre isso, os autores explicam que é comum que existir uma camuflagem, ou seja, a indução aos padrões de comportamentos baseados nos padrões da cisheterossexualidade. Portanto, “frequência” não significa inexistência, uma vez que visibilidade e risco são pontos que interagem entre si.

Comumente, a invisibilidade é utilizada como estratégia de proteção. Porém, a visibilidade “traz uma sensação de “pertencimento” e, conseqüente, conforto em existir e expressar seus afetos e identidade de gênero. Daí compreende-se a busca destes lugares, onde o mero “existir” passa a “ser” em todas as suas dimensões. (COPPIETERS; VIANNA, 2017, p. 57).

Assim, é possível afirmar que a LGBTfobia está presente no conteúdo da escrita das reportagens. Fica evidente, ainda, que as violências apresentadas nas reportagens são totalmente descontextualizadas do lugar desigual em que as vítimas foram colocadas pelo capitalismo; imprimindo, com isso, a ideia de que não há responsabilidade do Estado, apenas responsabilidade de natureza pessoal; como se não houvesse, de fato, um recrutamento intencional de alocar as pessoas em postos sociais diferentes.

O discurso, portanto, é investigado a partir da perspectiva de sujeitos inseridos num mundo — dentro de um contexto sócio-histórico — específico. Portanto, os significados produzidos só podem ser realmente compreendidos quando sua análise é interpelada por um olhar atento aos aspectos culturais, socioeconômicos e políticos, que fundam a produção de ideologias dominantes e

opressoras, que firmam não só a identidade individual, mas também organizam as relações sociais e determinados padrões de sociabilidade tão assimétricos.

Esses discursos contribuem para a manutenção dessa perspectiva e funcionam como um modo organizador das relações no território estudado. Isso revela, por outro lado, a existência de profissionais pouco “pensantes”, vistos pela transmissão de informações desconexas de politização que não dialogam com os movimentos de mudança propostos pela população LGBT.

Olhar para essa questão é relevante, pois a mídia deveria ser um lugar privilegiado para se discutir e potencializar mudanças em relação às violências. Ao invés disso, impulsiona o exercício do poder, culminando na destruição da liberdade e piorando as condições de existência dessas pessoas.

Se o social e a subjetividade se entrelaçam, é necessário que o biologicismo dos privilégios seja refletido na cisheteronormatividade, sendo prioritário que isso ocorra dentro da política local, pois é a partir da política que se pode produzir inclusão social, modificar práticas institucionais e reconfigurar padrões relacionais.

Neste sentido, a educação — em todos os seus níveis — precisa deixar de ser meramente instrumental e fragmentada da realidade. O corpo não é entidade estática e reduzida. Discutir essas pautas nas instituições de ensino pode contribuir para construção de uma pedagogia mais libertária, ética e democrática, que não seja alheia aos processos de mudança. O corpo, o gênero e a sexualidade, portanto, não são naturais no sentido biológico do termo, assim como também não são as idealizações sociais e psicológicas produzidas em torno dos mesmos. Não há como avançar em qualquer discussão, se os descontextualizarmos da história, da cultura e dos regimes de verdade que incidem nos grupos sociais.

Araguaína, definitivamente, precisa ter representantes que sejam acessíveis para resolver os interesses da população, e não incentivadores da opressão social e sem qualquer articulação com a representação popular.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar et al. Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em debate**, v. 40, p. 100-111, 2016.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo social**, v. 7, p. 105-110, 1995.
- ANTERO, Roberto. Urbanização pela migração em Araguaína (TO). **Caminhos de Geografia**, v. 17, p. 228-43, 2016.
- ASSIS, Ingrid Pereira de ; FREIRE, Karla Cristina Ferro; AYRES, Melina, de La Barrera. O silenciamento da comunidade LGBTTTQ+ no telejornalismo. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 18, n. 1, 2021.
- AZEVEDO, Pietra Conceição; PEREIRA, Elcimar Dantas. “Cidade pequena não dá pra travesti, é só fumo”: performatização da identidade travesti e o contexto urbano mossoroense. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 26, 2020.
- BENEVIDES, Bruna, G. O que fazer em caso de violência LGBTfóbica. **Cartilha de orientações à população LGBTI no combate à LGBTFOBIA**. Rio de Janeiro, 2020.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 549-559, 2011.
- BENTO, Berenice. **Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação? Cadernos Pagu**, 2018.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRANDÃO, Israel Rocha. Amor e amizade nos jardins da Psicologia Comunitária: uma contribuição da filosofia política ao trabalho psicológico. In: ROCHA, Israel; CRUZ BOMFIN, Z. **Os Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: UFC/ABRAPSO, 1999. p. 111-120.
- BRITZMAN, Deborah. “O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo”. **Educação e Realidade**, v. 21 (1), p. 71-96, jan./jun. 1996.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do " sexo"**. n-1 Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, Vinicius; ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. As relações entre espaço, violência e a vivência travesti na cidade de Ponta Grossa–Paraná–Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 35, p. 118-135, 2013.

CARVALHO, Claudia Cristina Ferreira; PASSOS, Luiz Augusto. Se essa rua fosse minha: arte de sobreviver nas ruas de mulheres e travestis em situação de meretrício. In: GUIMARÃES, S. T. L. *et al.* (Org.) **RuAção: das epistemologias da rua à política da rua** [Internet]. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável, 2014. p.77-101.

CARVALHO, Claudio Oliveira de; MACEDO JUNIOR, Gilson Santiago. Ainda vão me matar numa rua: direito à cidade, violência contra LGBTs e heterocisnormatividade na cidade-armário. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 2, p. 143-164, maio/agosto, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18759/rdgf.v20i2.1018>. Acesso em 23 jul. 2021.

CARVALHO, Claudio Oliveira; JÚNIOR, Gilson Santiago Macedo. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 1, p. 103-116, 2017.

CATTANI, Daian; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho; VARGAS, Myriam Aldana. A insurgência da UNA LGBT em Chapecó/SC: The Insurgence of the UNA LGBT in Chapecó/SC. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 2021.

CAVALCANTI, Ivo Henrique França de Andrade Dantas. **O Webjornalismo e suas pontecialidades: um estudo de caso do portal NE10**. 2013. 143f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013.

COPPIETERS, Luíza; VIANNA, Rodolfo. A cidade hostil ao afeto LGBT. In: SANTOS, P. S. S. *et al.* (org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 6, p. 54-57.

COTTA, Diego; CABRAL FILHO, Adilson Vaz. PARADA DO ORGULHO LGBT: uma estratégia de visibilidade cultural e midiática. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p. 26 – 41, set/dez, 2015.

CURIEL, Ochi. **La nación heterosexual**. Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá, D.C: Brecha lésbica y en la frontera, 2013. 197p.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Artmed Editora, 2008.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. Edufba, 2009.

DESIDÉRIO, Plábio Marcos Martins; MUNIZ, Marcelo Trilha; SILVA, Súsie Fernandes Santos. PAISAGENS IDEOLÓGICAS: MONUMENTOS E EDIFICAÇÕES CATÓLICAS EM ARAGUAÍNA-TO. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, v. 9, n. 1, p. 202-221, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAVERO, Sofia Ricardo. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 3, p. 1-16, 2020.

FAVERO, Sofia. Cisgeneridades precárias. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019. p.169-197.

FONSECA, Welber. **Lgbtphobia: casos de violência por discriminação de gêneros, identidades e orientações sexuais na Grande São Paulo**. 1.ed. São Bernardo do Campo: Lamparina Luminosa, 2015. 156p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 45280-1-PB.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Traçando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)**. 2016. 371p. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 2004.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. Método de ação municipal: estratégia metodológica para a implantação dos conselhos municipais de desenvolvimento sustentável no estado do Ceará, nordeste do Brasil. In: ROCHA, Israel; CRUZ BOMFIN, Z. **Os Jardins da Psicologia Comunitária**. Fortaleza: UFC/ABRAPSO, 1999. p. 151-172.

GREEN, James Naylor. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. Unesp, 2005.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório (Ed.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência ea busca da verdade**. EdUFSCar, 2014.

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. **Estigma e diversidade sexual nos discursos dos (as) profissionais do SUS: desafios para a saúde da população**

LGBT. 2018. 148 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 2006.

HÜNING, Simone Maria; BERNARDES, Anita Guazzelli; REIS, Carolina dos. Psicologia, Territorialidades e Violências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 3-5, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – **Perfil dos municípios brasileiros**. 2021 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina>. Acesso em: 11 out. 2021.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT na agenda dos governos PT no Brasil: Tensões entre o “ineditismo” e a política conciliatória. **Serviço Social em Revista**, v. 24, n. 2, p. 566-583, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LEMOS, Diego José Souza. **Contando as mortes de violência transhomofóbica: uma pesquisa sociojurídica dos processos criminais na cidade do Recife e uma análise criminológico-queer da violência letal**. Dissertação (Mestrado em Direito), CCJ/UFPE, 2017.

LIMA, Fátima. É possível um ESTADO\* que abarque a multidão queer? Breves considerações sobre a política sexual na biopolítica contemporânea. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, p. 191-205, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. Por uma cartografia da cidade-armário. In: SANTOS, P. S. S. et al. (org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017.p. 46-51.

MACERATA, Iançã Machado. **Traços de uma clínica de território: intervenção clínico-política na atenção básica com a rua**. 2015. 293 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MARLEY, Luanna. A cidade para Katianes e Dandaras: Retratos da LGBTFOBIA no cenário brasileiro. In: SANTOS, P. S. S. et al. (org.). **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU**. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade. **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 4, p. 34-43.

MATTOS, Amana Rocha; CIDADE, Maria Luiza Rovari. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo**. Periodicus, Salvador, v. 1, n. 5, p. 132-153, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17181/11338>. Acesso em: 11 fev.2022.

MEDEIROS, Ettore Stefani. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBT fóbicos**. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, p. 287-300, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1728>. Acesso em: 23 fev. 2022.

MELO, Patricia Bandeira de; ASSIS, Rodrigo Vieira de. Mídia, consumo e crime na juventude: a construção de um traçado teórico. **Caderno CRH**, v. 27, p. 151-164, 2014.

MIRANDA, Davi. A cidade dos invisíveis: a transfobia como um instrumento de segregação social e urbana. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 331-347, 2018.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**. 2007. p. 1-19.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. (PP. 43-66) Belo Horizonte. Editora UFOP. 2016. P.43-66.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Orgs.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia**. 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

NAVARRO - SWAIN, Tânia. **Corpos construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação (UNB)**. In: **A construção dos corpos – Perspectivas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. Disponível em: [http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos\\_construidos.pdf](http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf)

OLIVA, Tiago Dias. **Minorias sexuais e os limites da liberdade de expressão: o discurso de ódio e a segregação social dos indivíduos LGBT no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Ana Carolina Silva. **Os entraves subjacentes à existência da mulher-cis negra e lésbica: um estudo autobiográfico**. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves

de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos. 1. ed. Curitiba: **IBDSEX**, 2020. p. 313 – 318.

OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes; CARVALHO, Henrique Rabello de; JESUS, Jaqueline Gomes de. LGBTI+ em tempos de pandemia da Covid-19. **Diversitates International Journal**, v. 12, n. 1, p. 60-94, 2020.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. **Metodologia das ciências humanas**, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, p. 150-168, 2012.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 11<sup>o</sup>. 2013.

PATTI, Ane Ribeiro et al. Pelos entremeios da análise do discurso: nos fios de Michel Pêcheux. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 220-231, 2017.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs no Brasil**: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios. 2018. 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PEREIRA, Eliane Regina, *et al.* Formação e transformação de modos de existir. In: TOASSA, Gisele; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo; RODRIGUES; Divino de Jesus da Silva (Org). **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social**: do pensamento à práxis. [Ebook]. - Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p.268-285.

PEREIRA, Lídia Noronha.; SILVA, Telma Domingues da. Sentidos (tra)vestidos: a individuação e a constituição do sujeito travesti pelo Estado. **Revista Rua**, v. 21, n. 2, p. 321-339, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8642474>. Acesso em: 13 jul. 2021.

PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens *lésbicas e gays*. **Estudos de Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014.

PINHO, Alice Agnes Spíndola Mota; DA SILVA, Andréia Fernandes; NETO, Zeninho Luiz Gasparetto. Webjornalismo e a construção de sentidos: uma análise das notícias sobre a população LGBT no G1 Tocantins. **Revista Observatório**, v. 6, n. 6, p. a8pt-a8pt, 2020.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **cadernos pagu**, p. 149-174, 2007.

POCAHY, Fernando. 'Pesquisa-aquecimento' Derivas de uma epistemologia libertina. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando S.; PERES, William; SOUZA, Leonardo L.;



RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering**: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea. Cuiabá: Edufimt, 2013, p. 213-234.

POMBO, Olga. Epistemologia interdisciplinar. **Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade**. Porto, p. 1-29, 2003.

PRECIADO, Beatriz Paul. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

RAMOS, C. L.; MARCONDES, W. B. O projeto de pesquisa social em saúde: a focalização do tema, indagações e perspectivas de análise. **Pesquisa em saúde coletiva: fronteiras objetos e métodos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 173-193, 2018.

RÊGO, Yordanna Lara Pereira. **“Combinamos de não morrer”**: transfobia, racismo e resistência à necropolítica entre pessoas trans negras em Goiás.132.f. Dissertação ( Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso (para a crítica)**. São Paulo: Pontes, 2011.

RIBEIRO, Bruno. Pós-pornografia: repensando o imaginário sexual do contexto LGBTI+. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos**. 1ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. p.588-592.

RIOS, Roger Raupp. Direitos sexuais: orientação sexual e identidade de gênero no direito brasileiro. In: SEFFNER, F.; RIOS, R.R. (Org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2018. p. 135-178.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ROSSOLATTO, Breno. Sexualidade e violência: as facetas da banalidade do mal. In: CANOSA, Ana Cristina; ZACHARIAS, Ronaldo; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Sexualidades e violências**: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade. São Paulo: Ideias & Letras, 2019. p. 29-35.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu, 2017.

RUIZ, Jéssica. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade. In: SANTOS, P. S. S. et al. (org.). **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU**. A libertação sexual de mulheres que amam mulheres: um ensaio sobre o direito feminino à cidade **Direito à Cidade: Vivências e Olhares de identidade de gênero e diversidade afetiva & sexual**. São Paulo: Editora IBDU, 2017. cap. 3, p. 25-31.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. **Pelo cu**: políticas anais. Trad. Rafael Leopoldo. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; BRAZ, Ednaldo da Costa; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. Violência e transfobia: vivências de travestis que exercem a prostituição- Campina Grande- PB. **Revista Gênero**, v. 22, n. 1, 2021.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. Experiências espaciais de homens transexuais residentes na cidade de Ponta Grossa, Paraná. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 22-50, 2018.

SANTOS, Daniel Kerry dos; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Cartografias do Armário: estratégias do desejo em uma cidade do interior paulista. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, p. 177-210, 2014.

SANTOS, Vivaldo Paulo dos. **Interdisciplinaridade na sala de aula**. São Paulo: Loyola, 2007.

SEFFNER, Fernando; RIOS, Roger Raupp. Introdução. In: BORRILLO, Daniel; SEFFNER, Fernando; RIOS, Roger Raupp (org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva queer**. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2018. p. 25-42.

SILVA, Carla Regina et al. Arte e cultura para a promoção dos Direitos Humanos junto a usuários de saúde mental. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 8, n. 20, p. 198-211, 2016.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. Biopolítica, Subjetivação e Saúde. In: TEIXEIRA-FILHO, Fernando S.; PERES, William; SOUZA, Leonardo L.; RONDINI, Carina A. (Org.) **Queering: problematizações e insurgências da psicologia contemporânea**. Cuiabá: Edufimt, 2013, p. 113-121.

SILVA JÚNIOR, Diogo Vaz da.; BELLOC, Márcio Mariath Belloc. Habitar invisível: produção de vida e cuidado na experiência urbana. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22 n. 67, p. 1065-1075, 2018.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUSA, A.; ALVES, M. Cariri queer: um esboço performatividade travesti nas terras de Padre Cícero. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 5. 2010, Salvador. Anais. Salvador: ENECULT, 2010. p. 1-15.

SOUZA, Kleire Anny Pires de; NICHNING, Claudia Regina. Violências contra mulheres lésbicas: estupro e lesbofobia na contemporaneidade. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; REIS, Toni. **Estudos sobre diversidade sexual e de gênero: atualidades, temas, objetos**. 1ed. Curitiba: IBDSEX, 2020. p.178-188.

TOLEDO, Livia Gonsalves. Sexualidade e diversidade: reflexões sobre a exclusão no campo educacional. In: CANOSA, Ana Cristina; ZACHARIAS, Ronaldo; KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. **Sexualidades e violências: um olhar sobre a banalização da violência no campo da sexualidade**. São Paulo: Ideias & Letras, 2019. p. 115-128.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 10, n. 3, p. 729-749, 2010.

VALADARES, Gustavo; ALMEIDA, João Paulo Rodrigues. Direito Constitucional: A LGBTfobia como resultado do discurso de ódio. In: DESLANDES, Keila (Coord.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 53-66.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de ; SOARES, Beatriz Ribeiro. Os conflitos e as contradições na aquisição da moradia social nos enclaves de pobreza urbana no Brasil: uma análise sobre a cidade de Araguaína-TO. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1- 14, 2011.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel. Análises e discussões sobre o direito à moradia adequada no Brasil: em foco a cidade de Araguaína-TO. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 4, p. 1645-1681, 2015.

VECCHIATTI, Paulo Roberto. Apresentação. In: DESLANDES, K. (Org.). **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 15-29.

VYGOTSKI, Lev Semenovitch. Internalização das funções psicológicas superiores. In: VYGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 51-58.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460-482, 2001.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2020.

## ANEXO - LINK DE ACESSO ÀS REPORTAGENS ANALISADAS

N.	Fonte	Link
1	Cidadeverde.com	<a href="https://cidadeverde.com/noticias/117742/corpo-de-professor-piauiense-achado-morto-no-to-e-velado-hoje">https://cidadeverde.com/noticias/117742/corpo-de-professor-piauiense-achado-morto-no-to-e-velado-hoje</a>
2	Já É Notícia	<a href="https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2014/04/14/6977-advogado-morre-durante-programa-com-travesti-dentro-do-proprio-carro">https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2014/04/14/6977-advogado-morre-durante-programa-com-travesti-dentro-do-proprio-carro</a>
3	Metrópoles	<a href="https://www.metropoles.com/brasil/pai-e-suspeito-de-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher-e-gostar-de-homem?amp">https://www.metropoles.com/brasil/pai-e-suspeito-de-estuprar-filha-lesbica-para-faze-la-virar-mulher-e-gostar-de-homem?amp</a>
4	OBSERVATÓRIO G	<a href="https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida">https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/travesti-de-araguaina-morre-depois-de-ser-brutalmente-agredida</a>
5	REDE TO	<a href="https://www.redeto.com.br/noticia-25281-preconceito-pode-ter-motivado-incendio-de-casa-em-araguaina.html#.Yg6_pejMK01">https://www.redeto.com.br/noticia-25281-preconceito-pode-ter-motivado-incendio-de-casa-em-araguaina.html#.Yg6_pejMK01</a>
6	oprogresonet.com	<a href="http://www.oprogresonet.com.br/policia/travesti-acusado-de-homicidio-em-araguaina-e-presos-em-imperatriz/95149.html">http://www.oprogresonet.com.br/policia/travesti-acusado-de-homicidio-em-araguaina-e-presos-em-imperatriz/95149.html</a>
7	G1 Tocantins	<a href="https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/07/02/travesti-e-morta-a-tiros-em-avenida-de-araguaina.ghtml">https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/07/02/travesti-e-morta-a-tiros-em-avenida-de-araguaina.ghtml</a>
8	GAZETA DO CERRADO	<a href="https://gazetadocerrado.com.br/associacao-repudia-assassinato-de-travesti-em-araguaina-vidas-transformadas-em-numeros/">https://gazetadocerrado.com.br/associacao-repudia-assassinato-de-travesti-em-araguaina-vidas-transformadas-em-numeros/</a>
9	AF Notícias	<a href="https://afnoticias.com.br/central-190/suposto-cliente-mata-travesti-com-tiro-na-cabeca-em-ponto-de-prostituicao-em-araguaina">https://afnoticias.com.br/central-190/suposto-cliente-mata-travesti-com-tiro-na-cabeca-em-ponto-de-prostituicao-em-araguaina</a>
10	T1 Notícias	<a href="https://www.t1noticias.com.br/cidades/jovem-quer-justica-apos-ser-agredida-em-bar-de-araguaina-por-ser-lesbica/116070/">https://www.t1noticias.com.br/cidades/jovem-quer-justica-apos-ser-agredida-em-bar-de-araguaina-por-ser-lesbica/116070/</a>
11	Surgiu	<a href="https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/05/12/vereador-de-araguaina-e-acusado-de-homofobia-por-fala-contra-jornalista-em-discurso-na-camara-veja-o-video.ghtml">https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/05/12/vereador-de-araguaina-e-acusado-de-homofobia-por-fala-contra-jornalista-em-discurso-na-camara-veja-o-video.ghtml</a>
12	GAZETA DO CERRADO	<a href="https://gazetadocerrado.com.br/polemica-em-araguaina-vereadores-repudiam-historia-de-amor-entre-dois-homens-divulgada-por-prefeitura-e-episodio-gera-repercussao/">https://gazetadocerrado.com.br/polemica-em-araguaina-vereadores-repudiam-historia-de-amor-entre-dois-homens-divulgada-por-prefeitura-e-episodio-gera-repercussao/</a>
13	Araguaína Notícias	<a href="https://araguainanoticias.com.br/noticia/vereadores-de-araguaina-investigados-por-homofobia-nao-comparecem-a-1a-audiencia-no-mp/29545">https://araguainanoticias.com.br/noticia/vereadores-de-araguaina-investigados-por-homofobia-nao-comparecem-a-1a-audiencia-no-mp/29545</a>